

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC – SP**

Adriana Babi Benetti de Souza

**A cobertura do jornal “*O Estado de S. Paulo*” e a Política Externa do primeiro mandato  
do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

São Paulo – 2012

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC – SP**

Adriana Babi Benetti de Souza

**A cobertura do jornal “*O Estado de S. Paulo*” e a Política Externa do primeiro mandato do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.**

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, Relações Internacionais, sob a orientação da Profa, Doutora Vera Lucia Michalany Chaia.

São Paulo - 2012

---

---

---

Aos meus pais,

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram não só para a conclusão deste trabalho, como também para o meu desenvolvimento pessoal. Aos professores da PUC, em especial ao Professor Paulo Edgar Almeida Resende, não apenas pela orientação mais por fazer a diferença no pensamento das Ciências Sociais e a Professora Vera Lucia Michalany Chaia pela orientação.

## **Resumo**

O trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a cobertura jornalística efetuada pelo jornal “*O Estado de S. Paulo*” acerca da política externa brasileira no do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o primeiro mandato.

Por meio da análise quantitativa e qualitativa dos dados pretende se caracterizar de forma integrativa e analítica o posicionamento do veículo, conhecido por seu caráter conservador. Propõe se aqui o estudo dos princípios norteadores e as diretrizes adotadas no âmbito da recente política externa brasileira a fim de se traçar um paralelo com as possíveis articulações presentes nos meios de comunicação contemporâneos.

**Palavras-chaves:** Luiz Inácio Lula da Silva, Política Externa, *O Estado de S. Paulo*, Comunicação.

## **Abstract**

The purpose of this paper is to present a reflection on the journalistic covering made by “*O Estado de S. Paulo*” about the external politic presented by Luiz Inácio Lula da Silva government, during the first mandate.

By means of a quantitative and a qualitative analysis of the data it is intended to characterize in an integrative and analytical way the positioning of the vehicle, known for its conservative character. The purpose here is the study of the principles and the lines of direction adopted in the scope of the recent Brazilian external politics in order to draw a parallel with the possible articulations present in the contemporaries Medias.

**Key-words:** Luiz Inácio Lula da Silva, External Politics, *O Estado de S. Paulo*, Communication.

## Sumário

1. Capítulo 1 - Introdução	08
2. Capítulo 2 - Política e Comunicação	10
3. Capítulo 3 - A Política Externa Brasileira (Do Pós Guerra Fria a FHC)	32
4. Capítulo 4 - A cobertura do jornal “ <i>O Estado de S. Paulo</i> ” e a Política Externa do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.	49
5. Conclusão	70
6. Referências Bibliográficas	73
7. Anexos	76

## 1. Introdução

Inúmeras produções e trabalhos de elevada significância apresentam a interação entre a mídia impressa e a comunicação política, e em sua grande maioria recaem sobre a análise quantitativa dos dados eleitorais e ou do posicionamento dos editoriais. Neste trabalho propõe-se uma reflexão diferenciada sobre a cobertura jornalística efetuada pelo jornal “*O Estado de S. Paulo*” acerca da política externa brasileira no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, não se quer apresentar o pensamento opinativo presente nos editoriais, mas sim propor uma análise qualitativa a partir de indicadores quantitativos das matérias publicadas, traçando um paralelo com os dados e as realizações do governo no âmbito da política externa.

O capítulo inicial do trabalho aborda a temática “Política e Comunicação” de diversas maneiras, ora pela interação que permite a construção de perspectivas políticas que podem ser vistas além da limitação do conceito de “Estado”, ora pela conscientização política e o maior conhecimento das classes, conseqüentemente a maior participação da sociedade na arena política e nos meios de comunicação, ora pelo entendimento da dinâmica da opinião pública e do governo democrático na sociedade moderna, respeitando se as particularidades de cada governo, ora pela dinâmica capitalista e até mesmo pela abordagem feita as mudanças nas formas tradicionais de jornalismo. A idéia é apresentar as relações entre o Estado e os grupos humanos cujos agentes batalham pela busca constante do exercício do poder e a sobreposição de interesses presentes nesta relação.

O capítulo seguinte é sobre “A Política Externa Brasileira” para a elaboração deste capítulo foram resgatados alguns dos principais acontecimentos da Política Externa e o presente documento fará uma abordagem sobre A Política Externa Brasileira (Do Pós Guerra Fria a FHC), entre os acontecimentos recentes da política externa brasileira que se pretende apresentar estão: a promoção e o desenvolvimento econômico Pós Guerra Fria, o sentimento de frustração que circundou os anseios de uma política autônoma, assim como as negativas frente às imposições do FMI, Fundo Monetário Internacional (o que de certa forma manteve o Brasil fora do subsistema interamericano). Esta fase positiva que ampliou as relações diplomáticas (com países como a África e a Ásia) e que teve como contraponto a desconfiança por parte das grandes potenciais ocidentais, e conseqüentemente resultou na deposição de João Goulart e no alinhamento automático do país com os Estados Unidos.

Além destes pontos espera-se apresentar a Política Externa dos governos José Sarney e Fernando Collor que vivenciaram a vulnerabilidade frente ao sistema internacional (gerando a retomada da “aliança especial” com os Estados Unidos e direcionando as atenções para a América Latina), a política externa de Fernando Henrique Cardoso e sua aposta na rígida postura em relação à adesão do país a ALCA, Área de Livre Comércio das Américas (o que na realidade mostrou-se contraditório, em função da dependência econômica e da crise financeira).

O capítulo final traz a interação entre a “A cobertura do jornal *“O Estado de S. Paulo”* e a Política Externa do Governo Luiz Inácio Lula da Silva” temas como a relação conturbada e diferenciada de Lula com a imprensa e o histórico do jornal O Estado de S. Paulo serão trabalhados, a análise estrutura se nas principais realizações do governo no âmbito da agenda internacional como a prioridade dada pelo governo à conquista do assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (o que incluiu a ação do Brasil no Haiti e a aliança com Alemanha, Índia e Japão para a formação do G4), a promoção do MERCOSUL, ampliando sua adesão com o ingresso da Venezuela, Colômbia, Equador, e Peru; o acordo de livre comércio com a Comunidade Andina de Nações, CAN; o financiamento de cerca de 400 milhões de dólares para a rodovia Acre Pacífico, e as inúmeras alianças que permitiram a criação do G-3 e o reconhecimento do Brasil pelo G-20.

## 2. Política e Comunicação

### Política

O objetivo central da política é o estudo dos sistemas políticos, organizações e processos governamentais, bem como o estudo da organização humana e da formação de sistemas que visem garantir os direitos civis. Alguns cientistas consideram o Estado como sendo o principal objeto de estudo da política, porém a grande maioria confere esta atribuição ao Poder. Embora estudos constatem que a origem da política tenha ocorrido na Grécia antiga, o que se vê na prática é que a concepção da ciência política como entendida na atualidade se deu de forma tardia.

A formulação da política é abrangente, torna sua conceituação complexa e transcende a conceituação erudita, como vista no clássico *O Príncipe*<sup>1</sup>, onde o autor trabalha de forma controversa a análise de monarquias e repúblicas. A política tal qual se conhece hoje é imprecisa, pode abordar infinitas questões relacionadas ao Estado e ao Poder, de forma isolada ou não. Tal complexidade pode influenciar as relações de regularidade, a concordância dos fatos, e dos reais motivos que inspiram as lutas acerca do poder do Estado e entre os Estados.

Não existe na política uma finalidade ou objetivo único capaz de atender e compreender a todos de forma absoluta, os fins são tantos quantos são os objetivos que qualquer grupo organizado possa sugerir, o que pode variar em função das características dos acordos, circunstâncias e contextos. A política busca alcançar por meio da ação dos políticos, os objetivos e prioridades estabelecidos em cada grupo, ou seja, em situações de instabilidade o objetivo será a estabilidade e a harmonia. Nos casos de dependência o objetivo será a liberdade, para as situações de dispersão tem se a união do Estado e assim sucessivamente.

---

<sup>1</sup> No trecho a seguir de *O Príncipe*, é possível verificarmos a reflexão e opiniões controversas do autor.

“... Não me é desconhecida a antiga opinião de muitos de que as coisas do mundo são decididas por Deus e pelo acaso; que a prudência dos homens não pode mudar o rumo das coisas; que, ao contrário, não há como remediá-las. Talvez por conta disso se pense ser inútil afadigar-se muito: será melhor deixar que o acaso decida. Essa opinião é muito aceita em nossos dias, devido as grandes transformações ocorridas, e que ocorrem diariamente, fora de toda previsão humana. Quando refletido sobre ela, as vezes eu próprio me inclino a aceita-la em parte.”

As relações entre o Estado e os grupos humanos, bem como a busca constante destes agentes pelo exercício do poder. Uma das inúmeras definições do que entendemos como conceito de política.

Foucault trabalhou outra questão, sua idéia considerava o poder uma parte integral da produção da verdade, para ele as sociedades possuem uma “política da verdade” cujo resultado determina o que é visto como verdade e a forma como esta será legitimada<sup>2</sup>, se o poder é parte da verdade, estariam os Estados assim como os demais grupos buscando a verdade por meio do poder? Seria esta uma perspectiva limitada? Transpondo este problema para a perspectiva global, nos deparamos com uma perspectiva também abordada por Wight, para ele as relações entre as potências eram de fato algo mais do que uma política de poder.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel, Vigiar e Punir – História da violência nas prisões, 24ª edição, São Paulo, Vozes, 2001.

<sup>3</sup> WIGHT, Martin, A Política do Poder, 2ª edição, Brasília, Universidade de Brasília, 2002 Para Martin Wight existiam dois tipos de interesse comum, cada qual exercendo, alternadamente, pressão para o seu lado, sendo o primeiro o interesse comum que todas as potências possuem na própria liberdade, e o segundo o interesse comum representado pelas potências dominantes.

## Política e Poder

Antes de tudo se faz necessário entender o significado da palavra “poder”, seria esta a capacidade de mobilizar forças para obter determinado resultado? Para a Wight a política do poder pode ser sim analisada de forma isolada. Segundo ele nenhuma potência age com distanciamento total. Devendo estas fazer parte de alinhamentos, que em função de pressões externas sofrem mutações. A crítica de Wight recai sobre as motivações, segundo ele as razões para os alinhamentos e mudanças não vem do povo. Embora sua perspectiva tenha como referência a guerra é possível transpor muitas de suas observações para as configurações de poder existentes nas sociedades.

“se quisermos expor com precisão a tensão existente entre o determinismo e a iniciativa humana no que se refere à guerra, poderemos somente afirmar que a guerra é inevitável, mas que determinadas guerras podem ser evitadas”.

Ao nos revelar a guerra como sendo uma atividade regular, e argumentando que em muitos casos ela se faz mais presente que ações de paz, busca chamar a atenção para a ausência de uma liderança mundial, o que chamou de anarquia Internacional. Seria esta ausência, o poder? Constantemente verificamos a preocupação em se categorizar os tipos de poder em esferas distintas, o poder político, o poder social, o poder simbólico, o poder absoluto etc. Segundo Foucault<sup>4</sup> as relações entre desejo, poder e interesse são mais complexas do que geralmente se acredita e não são necessariamente os que exercem o poder que possuem interesse em exercê-lo, os que têm interesse em exercê-lo não o exercem e o desejo do poder estabelece uma relação ainda singular entre o poder e o interesse. Acontece que as massas no momento do fascismo, desejam que alguns exerçam o poder, alguns que, no entanto, não se confundem com elas, visto que o poder se exercerá sobre elas e em detrimento delas, até a morte, o sacrifício e o massacre delas; e, no entanto, elas desejam este poder, desejam que esse poder seja exercido.

---

<sup>4</sup> O trecho em destaque foi extraído do livro de Foucault *Microfísica do Poder*, Capítulo IV, OS intelectuais e o poder – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze.

Esta relação entre o desejo, o poder e o interesse é ainda pouco conhecida. Foi preciso muito tempo para saber o que era a exploração. E o desejo foi, e ainda é, um grande desconhecido. É possível que as lutas que se realizam agora e as teorias locais, regionais, descontínuas, que estão se elaborando nestas lutas e fazem parte delas, sejam o começo de uma descoberta do modo como se exerce o poder.

Foucault buscou entender o comportamento dos indivíduos em relação ao poder, ou seja, a atuação de indivíduos sobre outros indivíduos, ao analisar a relação entre poder, direito e verdade ele constatou que existem inúmeras ações que perfazem o poder, o direito e a verdade, ações essas que são transportadas para aquelas que antecedem a tríplice Estado, Mercado e Sociedade Civil. Assim, pode-se concluir que a harmonia das relações de poder-direito, poder-verdade, Estado, Mercado e Sociedade civil são fundamentais para que as políticas e ações sejam fundamentadas nos princípios éticos.

## Política e Estado

Uma perspectiva fundamental no processo de modernização é a freqüente mudança do papel do Estado nas sociedades. Do *laissez-faire*<sup>5</sup> ao desenvolvimentismo, o Estado vem assumindo inúmeras formações e desempenhando funções que vão ao encontro das ideologias dominantes, ora pelas conjunturas sociais e econômicas de cada país, ora pela tradição política de cada sociedade.

O próprio Wight menciona a dificuldade de Tomás de Aquino em conceituar Estado, destacando a heterogenicidade dos mesmos. Para assegurar a sobrevivência, os homens vivem em sociedade, ou seja, sob a custódia do Estado, as Nações organizadas politicamente por leis próprias, por sua vez encontram-se sob a proteção do Estado. Nas sociedades tradicionais onde não se tem a figura do Estado o poder se converte para o favorecimento da coletividade, por sua vez a coletividade a segue de vontade própria e nesta corrente elimina qualquer possibilidade de subversão. A partir deste contexto as sociedades são tipificadas por pertencerem ou não a um Estado, conseqüentemente as sociedades pertencentes a um Estado desfrutam da civilização, uma perspectiva etnocêntrica que descarta a perspectiva sócio-cultural da humanidade. Partindo deste ponto de vista é possível perceber a mobilização da sociedade frente ao Estado, algo que a própria Constituição Brasileira<sup>6</sup> contempla, ou seja, a participação da sociedade no Estado, ampliando a representação dos interesses públicos, o que de certa forma vem alterando o papel e as responsabilidades do Estado na sociedade moderna.

Tanto a política quanto a comunicação passam e passarão por momentos de transformação, e cada vez mais nota-se que os estudos políticos vêm incluindo a temática comunicação em suas abordagens, da mesma forma temas como governos, partidos, movimentos sociais, relações internacionais, assistência humanitária, militarismo vem sendo incorporados e definidos como objeto de estudo da comunicação, permitindo a construção de perspectivas políticas que podem ser vistas além da limitação do conceito de “Estado” (e de suas interações). Esta política que ocorre fora do Estado exercida por meio de partidos, grupos

---

<sup>5</sup> *Laissez-faire* é hoje expressão-símbolo do liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência. Esta filosofia tornou-se dominante nos Estados Unidos e nos países ricos da Europa durante o final do século XIX até o início do século XX.

<sup>6</sup> O Artigo 204 da Constituição em seu inciso II menciona a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

sociais e entidades de classe, dá espaço a interação com outras esferas, como a cultura e porque não dizer com a comunicação, esta visão vem sendo trabalhada em temáticas como poder simbólico, sociedade civil e condição humana, permitindo que abordagens não partidárias possam ser construídas, contribuindo de forma ímpar para o reconhecimento do papel dos meios de comunicação na política contemporânea.

## **Política, Meios de Comunicação e Representação**

O entendimento dos sistemas políticos pede uma compreensão sobre a questão da homogeneidade, ou seja, é preciso que se consiga equiparidade na representação dos inúmeros interesses sociais. Não podemos tratar de maneira apartada a representação dos meios de comunicação, que em si mesmos, são uma vertente da representação política.

Os meios de comunicação são nas sociedades atuais os principais instrumentos de difusão das práticas políticas, logo, é através dos meios de comunicação que se tem acesso ao que acontece no mundo e aos projetos políticos, ou seja, é através dos meios de comunicação que são expostas as inúmeras representações da sociedade e dos grupos a elas associados. A crítica se faz aos discursos e temáticas veiculados por estes meios de comunicação, uma vez que estes não esgotam a pluralidade presente na sociedade. As vozes que ecoam nos meios de comunicação não necessariamente representam a sociedade, tal equívoco produz conseqüências significativas para o exercício da democracia. Na democracia as teorias hegemônicas lidam com o conceito de que os interesses já estão dados, a crítica recai sobre a maneira de agregá-los e este ponto de vista limita a importância da comunicação política.

Quando falamos de indivíduos é preciso lembrar que as preferências e interesses sofrem constante mutação e podem ser definidos e redefinidos a todo instante, por meio da luta política, cria se categorias sociais, constrói se identidades coletivas, e visões solidárias, enfim tem se uma nova perspectiva. A democratização no âmbito da política esta implícita no conceito de equiparação, à medida que se iguala o acesso aos meios de difusão das representações na sociedade.

Esta noção significa disponibilizar espaços nos meios de comunicação para a multiplicidade de vozes existentes na sociedade, possibilitando a inserção verdadeira da sociedade no debate político. O que também permite que determinados grupos sociais façam suas interpretações sobre interesses e necessidades.

## **Democracia Centrada nos Meios**

Deve-se entre tanto considerar a forma como estas observações são introduzidas. Em primeiro lugar, quando estudamos a democracia no mundo o traço marcante é a diferença, as instituições e os procedimentos políticos estão condicionados ao cenário nacional, cada um destes contextos é único, completo, e está em constante mutação, além disso, inclui aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos. Em muitos casos é possível evidenciar as coincidências entre países, mas o planejamento do governo de cada nação apresenta particularidades e apesar das profundas diferenças nacionais as instituições e procedimentos políticos em muitos países estão sendo afetados e acabam tendo que responder a forças similares muitas vezes com resultados similares. Cada vez mais os meios de comunicação de massa, em especial a televisão estão se convertendo na principal fonte de informação ao público e à medida que os meios de comunicação de massa estão no centro da vida social e política, percebe-se a mudança nas formas tradicionais de jornalismo, bem como os vínculos com o governo e a política. O governo e a política se vêm entrelaçados com a utilização eficaz dos meios de comunicação capazes de formar a opinião pública, sem restrições, ao mesmo tempo em que as instituições políticas estão direcionando mais recursos e técnica para comunicar-se melhor com o público, os grandes setores de muitos países expressam seu ceticismo com a política e a decepção com líderes políticos, debilitando a lealdade dos eleitores e fazendo com que a opinião pública se mostre mais inconstante. Tais observações sugerem um processo de mudança profundo e generalizado, tendo no centro deste processo a forma com que as instituições e os governos estão se adaptando ao papel central dos meios de comunicação, em especial a televisão, na vida moderna, resultando no que se conhece como “democracia centrada nos meios”<sup>7</sup>

De acordo com o próprio Munhoz, à medida que as relações entre os governos e a opinião pública refletem forças que dão forma a democracia centrada nos meios quando comparamos a evolução de países democráticos no mundo, surgem alguns elementos comuns que desempenham papéis-chaves no processo de modernização. Respeitando-se as particularidades de cada país o autor em questão focou nos aspectos gerais que afetam os países democráticos, entre os quais está a modernização dos meios de comunicação, tendo

---

<sup>7</sup> MUÑOZ ALONSO, Alejandro, ROSPIR, Juan Ignacio, COMUNICACIÓN POLÍTICA editorial Universitas 1995. Páginas 8,9 e 10.

como meio de comunicação dominante a televisão. A principal consequência deste processo se traduz na neutralidade do jornalismo voltada para a atração da audiência, onde a indústria midiática se apresenta como “observador desinteressado” interrompendo sua “voz de independência”, outro aspecto é a modernização da política e do governo, o destaque aqui se volta para a propaganda política e para a necessidade de utilizar de forma correta os meios de comunicação a fim de manter o apoio constante dos eleitores. A democracia centrada nos meios de comunicação apresenta consequências que vão da personificação da política até as indesejáveis cobranças resultantes da excessiva exposição.

Se por um lado a democracia centrada nos meios pode colocar a mídia num papel de observador desinteressado por outro a seleção de agendas<sup>8</sup> feita por estes meios reflete à lógica da estrutura dominante, voltada para os poderes políticos e empresariais o que representa interesses de negócio e políticos dos grupos de mídia. Para Sorj Bernardo<sup>9</sup> a mídia expressa agendas hegemônicas, exhibe algumas agendas marginais e ignora agendas sociais e dos cidadãos. O que torna o espaço midiático um articulador de agendas, de identidades, de recursos de poder, de sentidos em disputa, de visibilidades, de agentes sociais e políticos, de projetos políticos que procuram adquirir hegemonia, de controle do espaço público.

A multiplicação da esfera pública tornou os meios de comunicação mais complexos e pulverizados, os “novos meios de comunicação” apresentam um novo agente político, “os políticos celebridades”, que coabitam outro cenário político, o dos novos meios de comunicação e suas diversas mídias o que torna impossível a reflexão sobre uma esfera pública única e central.

Ainda que o cenário descrito acima apresente uma realidade a partir dos vínculos e associações entre os meios de comunicação e a política, temos que evitar o reducionismo, e mesmo que os meios de comunicação sejam recursos importantes para o exercício do poder político, no que tange ao acesso, manutenção, espaço e articulação das lutas na democracia, não são garantia de sucesso político. Os meios de comunicação são necessários, mas não suficientes para fazer política; são mais animadores e atores da política e da democracia; uma

---

<sup>8</sup> Conceito de agenda apresentado aqui está relacionado com o conceito de “agenda setting” apresentado por Weaver em que o mesmo é categorizado como um tipo classificação efetuada pela mídia e que compreende a seleção, a disposição e a incidência de notícias sobre os temas que terão maior aceitação do público.

<sup>9</sup> SORJ, Bernardo, Poder Político e Meios de Comunicação – Da representação política ao Reality Show – São Paulo, Paz e Terra 2010. Página 7.

estratégia privilegiada na luta pela hegemonia de um projeto político, mas não a única, nem nas eleições, nem na governabilidade. Como atores políticos claramente em oposição, podem se transformar em um inimigo perigoso para os governos e como atores amigos pode ser uma formidável estratégia de conformidade política, mas não têm o poder de decidir. E cada vez mais se transformam em um ator fraco frente à força dos empresários, do movimento cidadão e das várias maneiras de contato direto, como as novas tecnologias. O valor dos meios de comunicação está no protagonismo da esfera do poder, centro da luta pelo controle do espaço público e pela hegemonia dos projetos políticos.

As inquietações em relação à democracia, a crescente concentração da mídia e a comercialização excessiva do setor, principalmente no tocante aos riscos que apresentam o debate democrático e sua pluralidade não é algo novo e vem aumentando com o passar do tempo. As críticas mostram uma tendência para que se formulem argumentos opostos sobre as maneiras em que a intervenção pública e a regulação podem assegurar o compromisso da indústria de mídia com o interesse público. Em função do tardio desenvolvimento do liberalismo no Brasil debates sobre a intervenção pública acabam se destacando, como as pressões por reformas na mídia e os pedidos feitos para o fortalecimento da mídia pública no Brasil. A teoria liberal da imprensa tem as suas raízes no pensamento do liberalismo clássico, principalmente na tradição democrática que via o Estado como autoritário e suspeitava que este tentasse sufocar a imprensa. No Brasil o autoritarismo ainda presente na campanha das Diretas-Já deu espaço para uma estrutura corrupta e fraca (era Collor) e evoluiu para uma instituição mais democrática durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Lula<sup>10</sup>.

Apesar da mínima interferência do Estado durante as campanhas políticas e presidenciais durante a década de 80, ainda sim a imprensa vivenciou conflitos, o ambiente político era constrangedor e apresentava elementos que foram desaparecendo a partir da década seguinte, com as eleições de 1994 e 2002 o Brasil muda de estágio, deixa para trás a fase das restrições políticas e ideológicas e passa para a fase de limitações econômicas, ou seja, do “Estado” para o “Mercado” indo da censura total a redução da interferência. Embora o cenário pós-ditadura tenha propiciado a ampliação do poder nos meios de comunicação o relacionamento entre a mídia e o Estado foi marcado pela dependência (de um lado o Estado contribuindo para o

---

<sup>10</sup> MATTOS, Carolina, *Jornalismo e Política Democrática no Brasil*, São Paulo, Publifolha, 2008. Página 307.

desenvolvimento da imprensa e da televisão e de outro o sistema de radiodifusão sujeitando se aos interesses definidos pela Constituição Federal de 1988)<sup>11</sup>.

Nas últimas décadas o Brasil experimentou mudanças sociais e políticas significativas que foram da globalização a democracia liberal, a arena da sociedade brasileira recebeu agentes políticos e representantes de setores menos privilegiados da sociedade civil. O crescimento desta democratização e a expansão do mercado propiciaram a transição e a dependência deu espaço a relativa independência da imprensa e o aumento da liberdade de expressão, contraditoriamente a consolidação da política democrática apresentou certas tensões, de um lado os meios de comunicação sujeitos à dinâmica e as influências do mercado e de outro os direitos recém adquiridos com a liberdade civil. Neste processo de democratização da sociedade brasileira a imprensa viu-se obrigada a reinventar seu papel, já que agora não faria mais sentido resistir ao regime militar e nem tão pouco assumir o papel de mero reproduzidor das decisões do governo, com isso o que se viu foram os interesses públicos ganhando espaço nos meios de comunicação de massa que por sua vez abriu espaço para novos públicos e interesses múltiplos. Um dos pontos cruciais envolvendo esta questão é o fato dos grandes meios de comunicação muitas vezes compartilharem a mesma visão de mundo, o que inclui em especial o compromisso com a dinâmica capitalista.

Os meios de comunicação se apresentam cada vez mais homogêneos, ora pelo fato de estarem concentrados na mão de poucos, ora por apresentarem dependência dos agentes capitalistas, paralelamente o que se viu foi a notícia mudando de patamar, transformando se também em mercadoria e mudando definitivamente a atividade jornalística contemporânea, com isso veio a concentração da mídia e o ingresso de interesses estrangeiros no setor tornou o jornalismo mais comercializado, ao mesmo tempo refém de inúmeras restrições e a uma capacidade de articulação reduzida, esta pressão e ausência de profundidade nos debates resultou num jornalismo espetacular<sup>12</sup>, sensacionalista empacotado para atender os desejos de multiplicidade destes novos públicos. Fica claro que os meios de comunicação, tal qual se

---

<sup>11</sup> Capítulo V - Da Comunicação Social, Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

<sup>12</sup> O conceito de “jornalismo espetacular” esta relacionado ao espetáculo mencionado no livro de Debord, o autor acreditava que o discurso é o auto-retrato do poder, para ele a objetividade nas relações espetaculares escondia o caráter de relação entre homens e entre classes: e uma segunda natureza dominaria o meio ambiente.

apresentam dificilmente darão espaço para a expressão ou a constituição de interesses que ameacem as estruturas básicas do capitalismo.

## Agenda

Uma suposição ingênua é a de que os cidadãos têm o conhecimento adequado de todos os acontecimentos políticos ao seu redor. Como se dá o processo de conhecimento destes cidadãos? É humanamente impossível participar e acompanhar os fatos na cena nacional, boa parte da população não conhece política a fundo tão pouco sabe o que realmente acontece, necessitando assim de certa orientação, neste momento o papel da comunicação carece de uma releitura. Será mesmo que a informação política esta disponível? E na cena internacional? Existe pluralidade de posicionamentos nos meios de comunicação existentes? Diferentes críticos suportam que os eventos estão dados, são construídos por políticos e por intervalos entre as notícias, estas influências e os meios de comunicação fornecem subsídios para a interpretação e compreensão da notícia e para que se tenha uma opinião pública, torna-se indispensável à existência de meios de comunicação que cheguem a todos e de capacidades cognitivas que permitam a sua análise tanto no âmbito nacional como no internacional. Outro fato interessante sobre os meios de comunicação que não se pode ignorar é a influência política que se estende para além dos jornais e dos artigos de natureza política direta, de uma maneira muito mais sutil, influenciam pessoas e seus sistemas de valores humanos, por sua vez, dão forma as pessoas e suas atitudes com relação aos temas políticos, influenciando o voto e determinando de alguma maneira o poder político.

No Brasil, o Estado e os meios de comunicação apresentam uma relação que beira o caos, pautada muitas vezes por conflitos de interesse e pelas constantes mudanças da indústria, conforme considerou o historiador Nelson Werneck de Souza, em 1967 a relação de interdependência entre estes atores e o capitalismo no Brasil<sup>13</sup> continua atual e nos leva ao questionamento constante do posicionamento da imprensa e o direito a informação. As normas que regem a imprensa mundial apresentam características similares, e no Brasil não é diferente, embora a constituição de 1988 não defina de forma clara os objetivos da imprensa escrita, como aqueles que devam interessar o cidadão, na prática o que se vê são as leis de mercado regendo a indústria. Neste contexto o que deveria ser de interesse público sofre profunda influência do que Zanotti classificou como “interesse do público”<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Sodré, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>14</sup> De acordo com Zanotti a diferença entre “interesse público” e “interesse do público na atividade jornalística não visa necessariamente atender a um desejo de públicos, o jornalismo não existe necessariamente para satisfazer a um desejo do público, mas para registrar fatos, fenômenos ou ocorrências que sejam do interesse público e também de interesse do público.

O debate áspero referindo-se a imprensa como a responsável pela distorção dos fatos e acontecimentos é algo constante na agenda política. Poucos discutem com o conhecimento a correta noção sobre o papel da imprensa e dos meios de comunicação na política contemporânea (o que inclui a política externa). Os meios de comunicação são considerados peças-chaves na batalha política, e como dito anteriormente as eleições se voltam para eles, a imprensa por sua vez é vista como o local onde ocorre a formação da opinião pública, algo que com o ingresso das novas mídias e tecnologias se transforma e possibilita a inserção e a voz de outros atores políticos na sociedade, muitas vezes a única fonte de atualização dos cidadãos também serve de atualização para os agentes políticos, contudo os meios não são apenas observadores neutros, mas são os atores políticos eles mesmos. A interação de uma comunicação de massa e de atores políticos, bem como de outros atores que possuem papéis de destaque no processo político pode caracterizar um ambiente dinâmico em que a comunicação, neste caso em particular o jornalismo em todas as suas formas e vertentes pode substancialmente influenciar e ser influenciado.

No jogo político a influência exercida pelos meios de comunicação é fundamental para a tomada de decisão de todos os agentes, logo a definição da agenda é uma peça de extrema importância nesta engenharia. A visibilidade das temáticas nos meios de comunicação é um fator determinante para a definição das pautas, e o efeito desta agenda é percebido por todos.

Cabe uma observação acerca de uma eventual limitação dos meios de comunicação em relação à definição da agenda, na verdade a atuação dos meios não pode ser tida como “neutra”, sendo o conceito de “enquadramento” o complemento substancial para o entendimento sobre a definição de agenda, como observado por Goffman<sup>15</sup> tal conceito tem sua estrutura fundamentada na percepção que o indivíduo tem da sociedade, segundo ele o enquadramento é capaz de organizar as experiências e guiar as ações de todos, por meio da associação. Em sua análise o autor se utiliza da “moldura” fotográfica e faz analogias para representar experiências de vida, para ele existem diferentes tipos de enquadramento o enquadramento primário, que se dá de forma natural, ou seja, aqueles identificados a partir de situações naturais, geralmente são físicos e não sofrem influência do homem, e o enquadramento social, capazes de explicar a ocorrência de alguns eventos e elabora conexões

---

<sup>15</sup> O conceito de enquadramento utilizado aqui foi extraído do livro de Goffman - GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 4ª, Rio de Janeiro, LTC, 1988.

entre os homens. Neste sentido o que se percebe é que as estruturas de enquadramento possibilitam a prioridade de algumas estruturas em detrimento de outras.

Nas últimas décadas, a sociedade e a opinião pública influenciaram a política brasileira, ora pela expansão da consciência social, ora pela organização política, ora pela percepção dos vários setores da população brasileira de que mudanças eram necessárias, estes fatores pressionaram e acabaram culminando no aprimoramento dos meios de comunicação que por sua vez foram obrigados a atender as novas idéias que estavam surgindo, paralelamente a conscientização política e o maior conhecimento das classes aumentaram a participação da sociedade e da arena política central nos meios de comunicação, resultando no surgimento de movimentos e interesses políticos novos que por sua vez modificaram a disputa por mais poder e influência, já que estes grupos sociais foram reconhecidos pelos meios de comunicação como agentes e fontes legítimas de notícia<sup>16</sup>, com uma importância significativa, influenciavam a opinião pública das classes dominantes e pressionavam os meios de comunicação de diversas maneiras, articulando as agendas sociais dos meios de comunicação e passaram por inúmeras temáticas que iam do desemprego à desigualdade econômica. O que também ficou sinalizado durante as inúmeras eleições presidenciais e que podemos relacionar com a abordagem feita pela imprensa aos temas políticos foi a articulação dos inúmeros atores da sociedade civil, responsáveis muitas vezes por definir as agendas midiáticas passando por todos os temas de interesse da sociedade.

---

<sup>16</sup> Como abordado por MATTOS, Carolina, *Jornalismo e Política Democrática no Brasil*, São Paulo, Publifolha, 2008. Página 313.

## **Meios de Comunicação e Propriedade**

Em economias e em sociedades modernas disponibilizar a informação de maneira central pode melhorar a tomada de decisão por parte da sociedade, cidadãos e por consumidores. Nos mercados políticos é comum encontrar cidadãos exigindo informação sobre candidatos para votar de forma consciente. Nos mercados econômicos, incluindo mercados financeiros, os consumidores e os acionistas exigem a informação para selecionar produtos de forma segura. A disponibilidade da informação é uma causa determinante crucial da eficiência de mercados políticos e econômicos.

Na maioria de países as pessoas recebem as informações através dos meios de comunicação, o que inclui jornais e a televisão. Como intermediários, os meios de comunicação acabam sendo responsáveis por coletar a informação disponível. Tal afirmação nos leva ao questionamento da propriedade destes meios. Deveriam os jornais ou canais de televisão ser propriedades do Estado? Qual a melhor forma para indústria trabalhar, monopólio ou livre competição? Enquanto a discussão teórica destes assuntos vem à tona, o conhecimento empírico sobre as possíveis formas de organização da indústria midiática e suas conseqüências para os mercados políticos e econômicos permanecem extremamente limitada.

Em primeiro lugar vamos considerar a informação como um bem do público. Uma vez que foi fornecida a alguns consumidores, é impossível manter a mesma longe daqueles que não pagaram por ela, o que de certa forma também seria oneroso. Em segundo lugar, devemos considerar os significativos retornos oriundos da promoção e disseminação da comunicação, embora o custo fixo possa em algum momento ser considerado elevado, uma vez incorrido faz como que o custo de disponibilização da informação se torne relativamente baixo.

Para aqueles que acreditam ou consideram a informação como sendo um bem público fazer com que ela se torne responsabilidade e propriedade do governo seria algo natural. Já aqueles que não acreditam num governo benevolente são levados a conclusões distintas, para estes o monopólio dos meios de comunicação nas mãos do governo pode minar a democracia, uma vez que estes poderiam distorcer e até manipular a informação.

## Discurso

Charaudeau<sup>17</sup> que traça de forma ímpar um paralelo entre processo contemporâneo de construção de identidades e a influência dos meios de comunicação na nova ética política, tendo como referência as condições e estratégias de persuasão como ferramentas para a constituição de identidades, os meios de comunicação são nas sociedades contemporâneas, os principais instrumentos de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos, ou seja, o local em que estão expostas as diversas representações da sociedade, segundo ele os discursos veiculados nos meios de comunicação não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presentes na sociedade, não reproduzem a diversidade social, o que eventualmente pode ter conseqüências significativas para o exercício da democracia. Essa perspectiva reduz a importância da comunicação política o que de certa forma implica na necessidade de reavaliação dos meios de comunicação, bem como o seu acesso. A comunicação deve possibilitar a articulação da luta política tornando os meios de difusão das representações do mundo sociais mais equitativos, o que de certa forma significa promover nos meios de comunicação espaços para as diferentes vozes presentes nas camadas sociais, para que pessoas por sua vez participem do debate político.

Algumas características dos meios de comunicação estão propiciando adaptações no discurso dos políticos, e estes cada vez mais estão se adaptando as regras dos meios de comunicação, o que muitas vezes é percebido na descaracterização e na modelagem aplicada aos discursos políticos, resultando na homogeneidade do conteúdo.

O problema desta observação é que ela estabelece e pressupõe a existência de um discurso político, o que de fato não ocorre, visto que o discurso, assim como a política encontram se em mutação constante, e para tanto devemos sempre considerar o contexto, bem como as ferramentas disponíveis para a difusão do conteúdo. O que nos leva a concluir que homogeneidade do discurso pode não estar relacionada às práticas dos meios de comunicação, mas sim a falta de projetos políticos interessantes.

E numa era onde os meios de comunicação apresentam se de forma massificada, a imagem passa a ter um peso significativo na formulação do discurso, que por sua vez fica mais

---

<sup>17</sup> CHARAUDEAU, Patrick, Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

fragmentado impossibilitando a formulação de conteúdos elaborados. A fragmentação não é só culpa das regras impostas pelos meios de comunicação também tem como consequência a utilização que os cidadãos empregam aos meios. Ainda nessa linha o que se percebe é a adaptação dos discursos políticos, ou seja, estes agentes passam a usar palavras de efeito e a reduzir o conteúdo de suas falas. Para obter este “efeito” os políticos buscam impressionar, seja pela aparência ou até mesmo pela utilização excessiva de jargões, principalmente aqueles ligados as ciências sócias.

O próprio Bourdie observou que no campo político a linguagem dominante elimina o discurso espontâneo e por sua vez restringe o interlocutor da experiência de transmitir de alguma forma uma opinião autêntica, capaz de dar sentido a sua fala. Com isso o discurso político não se mistura ao discurso presente nos meios de comunicação e conserva suas características únicas. Vale lembrar que a competição entre os políticos exige além da utilização de técnicas discursivas o uso de técnicas publicitárias, e a elevada exposição ou o uso indevido faz com que estas técnicas tenham efeito contrário.

## Política e Campo

Se já temos uma noção da relação que permeia os meios de comunicação e a política, é preciso então definir as variáveis que possibilitarão seu entendimento. A ausência destas variáveis limita o entendimento e reduz a perspectiva da análise, tornando impossível qualquer expansão do estudo para além da relação entre os meios de comunicação e determinados interesses. Se por um lado é possível afirmar que as inúmeras pesquisas contribuem para a percepção da relação entre os meios de comunicação e a sociedade, por outro ainda existem muitas críticas sobre a limitação das pesquisas.

Através do conceito de campo é possível compreender a dinâmica entre os meios de comunicação e a política, agentes distintos que se guiam por lógicas dispares, e que ao mesmo tempo estão co-relacionadas. Pierre Bourdieu tenta reestruturar a autonomia dos campos, alertando a sociedade sobre a importância excessiva que esta dá aos meios de comunicação de massa e ao peso desta na formação das reputações políticas e universitárias. O conceito de “campo” é uma das principais contribuições que podemos extrair da sociologia de Bourdieu<sup>18</sup> para ele o campo é um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que se impõem “naturalmente” aos agentes que dele participam que por sua vez acabam por interiorizar o próprio campo, e conseqüentemente incorporam em suas práticas essas regras, esta dinâmica permite o entendimento da interação entre os meios de comunicação e a política, esferas que permeiam por lógicas dispares, mas que possuem interferência (uma na outra).

Esta relação de “imposição natural” entre a imprensa e o campo político nos remete a algumas reflexões, sendo um dos pontos de maior conflito e até mesmo dualidade, o entendimento da população sobre os reais motivos que levam a realidade cotidiana ao distanciamento da política.

---

<sup>18</sup> Piere Bourdieu: que em seu livro “Sobre a Televisão” faz uma crítica aos meios de comunicação.



Se para Bourdieu a idéia de campo e a interação entre os agentes ocorre naturalmente para Thompson<sup>19</sup> o campo político da democracia liberal se caracteriza por uma lógica dupla e distinta, uma interna ao subcampo dos políticos profissionais ou semiprofissionais e outra ligando esse subcampo a um campo mais amplo de cidadãos ou não-profissionais, sendo cada lógica detentora de seus próprios recursos, elas não são idênticas nem redutíveis uma à outra, e segundo ele os políticos que as confundem podem ser prejudicados com isso, entre tanto alerta que no decorrer concreto da vida política essas lógicas se interligam de maneiras complexas, e políticos habilidosos sabem como tirar vantagem de suas conexões sem comprometer a especificidade de cada uma. Tanto agindo dentro do subcampo político, como dentro do campo político mais amplo, ainda segundo Thompson os representantes devem usar o poder simbólico para persuadir e confrontar, para influenciar ações e crenças, cultivar relações de confiança e influenciar o curso dos acontecimentos. Dentro do subcampo dos políticos profissionais ou semiprofissionais, os indivíduos interagem uns com os outros através da interação face a face e através de várias formas de interações midiáticas pessoa a pessoa e este caráter personalizado dessas formas de interação ajuda a garantir que o subcampo político permaneça num mundo relativamente fechado, voltado sobre si mesmo, um mundo que é governado por suas próprias regras e convenções, onde as práticas podem parecer arcaicas a pessoas de fora e onde as conexões pessoais são importantes. Por outro lado, com o desenvolvimento da mídia (jornais, rádio, televisão, etc.), as relações entre políticos e não-profissionais passou a ser construída cada vez mais através dessas formas abertas de comunicação midiática e, com a crescente importância da mídia, as relações entre políticos e não-profissionais são cada vez mais determinadas pelo tipo de quase-interação midiática que tem lugar através da imprensa e da televisão.

“... Cada vez mais a mídia se torna a arena decisiva em que as relações entre políticos e não-profissionais do campo político mais amplo são criadas, sustentadas e, ocasionalmente, destruídas. A própria mídia pode ser compreendida como um campo de interação possuindo seu próprio conjunto distintivo de interesses, posições e trajetórias profissionais. De diferentes maneiras, as organizações da mídia estão todas interessadas no

---

<sup>19</sup> O conceito aqui apresentado foi extraído do livro de Thompson, John B. O Escândalo Político, Poder e visibilidades na era da mídia. ‘Tanto os políticos, como o pessoal da mídia, procuram monitorar a mudança de opinião do público em matérias de interesse dentro do subcampo Político, bem como as mudanças nos níveis de apoio a políticas específicas ou a figuras políticas. Os políticos possuem uma longa prática em conseguir informações de seu eleitorado através de correspondência ou discussões face a face em seus distritos eleitorais. Mas devido à amplitude do campo político e ao grande número de não-profissionais, toma-se difícil a eles obter informações seguras sobre a opinião pública sem o emprego de mecanismos de aferição de vários tipos.’”

exercício do poder simbólico através do uso dos meios de comunicação de vários tipos. Algumas dessas organizações estão ligadas diretamente ao campo político, mas não se identificam com ele, pois são geralmente governadas por princípios diferentes e orientadas para diferentes finalidades...”

É possível exemplificar essas relações entre políticos e não-profissionais através dos mecanismos informais por meio do papel que desempenham num processo eleitoral o diálogo com os eleitores é necessariamente limitado e neste caso as pesquisas de opinião passam a ser um mecanismo aceito para avaliar o apoio no campo político tornando acessíveis e contestados índices de mudança nas relações entre profissionais e não-profissionais no campo político, índices que são monitorados de perto pelos políticos e usados por eles em suas lutas com outros no subcampo dos políticos profissionais.

### **3. A Política Externa Brasileira (Do Pós Guerra Fria a FHC)**

Não é possível falar da recente Política Externa do Brasil, sem que se mencione o estudo das relações internacionais no país. No Brasil, os primeiros indícios surgiram somente depois da Segunda Guerra Mundial, por volta da década de 1950 e conseqüentemente com a criação do IBRI, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais em 1954. Uma característica interessante é a de que o estudo e a articulação em torno das Relações Internacionais no Brasil, pelo menos até a década de 80 ficou limitada a alguns diplomatas e a alguns professores voltados para o estudo das Ciências Sociais.

O primeiro curso de Relações Internacionais foi criado em 1974, na Universidade de Brasília, o curso era voltado para o estudo das Relações Internacionais e contava com a cooperação do Ministério das Relações Exteriores, muitos de seus docentes faziam parte do Ministério. Uma configuração não mais presente nos dias de hoje, o quadro dos cursos de Relações Internacionais é composto em sua grande maioria por acadêmicos. Embora após a Segunda Guerra Mundial o estudo das Relações Internacionais tenha se desenvolvido como campo de estudo de forma organizada, ainda sim quando se trata do emprego da reflexão teórica as dificuldades originais continuam a aparecer e a reflexão se apresenta de forma limitada.

Em especial no Brasil, preferências políticas e ideológicas, são confundidas como os esforços de interpretação, resultando muitas vezes na poluição do próprio debate teórico. Dificuldades estas, velhas conhecidas do debate teórico das Relações Internacionais, ou seja, a sustentação dos fatos se baseia muitas vezes em preferências ideológicas e sentimentalismos. Embora este comportamento seja generalizado sua justificativa pode estar relacionada ao fato da temática Relações Internacionais ainda ser muito recente no país.

Outro ponto crítico esta relacionado à abordagem e a contextualização das Relações Internacionais, embora o Brasil possua autores renomados e que muito contribuem para o desenvolvimento e o estudo das Relações Internacionais, muitas vezes os estudos deixam de fora, ou até mesmo não dão o destaque necessário ao quadro geral da política internacional. O que pode ser evidenciado no paradigma do “desenvolvimentismo” pós-guerra, o período não se caracterizou apenas como uma fase da política dos governos brasileiros que, no período, elegeram essa diretriz para orientar suas ações externas, mas foi também um momento em que, o cenário internacional, encontrava-se sob a liderança dos Estados Unidos, onde o

desenvolvimento econômico também era compreendido como parte importante de uma estratégia generalista de construção da ordem internacional.

Após a guerra, o Plano Marshall inundou a Europa com bilhões de dólares, o estabelecimento do Banco Mundial, na conferência de Bretton Woods com este mesmo propósito “fomentar o desenvolvimento” outras entidades internacionais foram criadas, a própria Organização das Nações Unidas que intitulou os anos 60 como a década do desenvolvimento, onde inúmeros projetos e programas das mais diversas instituições foram implementados, o que nos leva a acreditar que a política externa “desenvolvimentista” do ponto de vista brasileiro, só poderia ser compreendida em sua amplitude se vista no âmbito internacional, a partir da análise de instituições influentes e dos inúmeros atores internacionais. Sendo assim a análise a seguir busca tratar os temas a partir de pontos de vistas ilimitados, considerando em sua abordagem a amplitude do quadro no contexto internacional.

## A Política Externa Brasileira Pós Guerra Fria

A necessidade dos países capitalistas em formular suas diretrizes econômicas, e a preocupação dos países socialistas com o redesenho geopolítico do mundo<sup>20</sup>, assim como a situação dos países periféricos, como o Brasil, modificaram o cenário internacional após a Guerra Fria. A redefinição dos papéis na política internacional, após a crise mundial, gerou expectativas distintas e promoveu o surgimento dos novos pólos. A bipolaridade eminente, a queda no volume de exportações, conseqüentemente a diminuição das receitas cambiais, e das importações brasileiras, demandou a promoção e o desenvolvimento econômico e político do país. No âmbito da ação diplomática o sistema internacional, oscilou entre o globalismo, cujo enfoque se baseava na diversificação das relações exteriores e visava o aumento do poder de barganha do Brasil com os demais países, inclusive com os Estados Unidos e o Americanismo que tinha os Estados Unidos no centro da política externa.

Os Estados Unidos buscava a recuperação e o fortalecimento de sua economia por meio da promoção do “livre-comércio”<sup>21</sup> pelo mundo, e o Brasil assim como a maioria das economias dependentes reunia características atrativas: de um lado possuía recursos naturais abundantes, e por outro demandava produtos industrializados. Logo, neste contexto não era interessante para os norte-americanos o desenvolvimento da indústria brasileira, entretanto, o comércio exterior apresentava particularidades. Países como a Alemanha, possuíam políticas protecionistas capazes de fomentar o seu comércio, e simultaneamente promover o comércio exterior em países dependentes, como o Brasil. Este fato somado a possibilidade de países como a Alemanha, Itália e Japão ampliarem suas influências através da propagação de políticas ideológicas contribuíram para a inquietude dos Estados Unidos em atingir seu projeto hegemônico de “livre-comércio” na América Latina, o que naturalmente ampliou a capacidade de articulação brasileira.

Através da ação dos *Policy Makers* e da criação de órgãos administrativos como o Departamento Nacional de Estatística (1932) e o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), o governo de Getúlio Vargas promoveu a formação de indicadores para indústria,

---

<sup>20</sup> No livro *Política Externa Brasileira*, Henrique Altemani Oliveira reforça a idéia de que as assinaturas dos acordos de Ialta e Potsdam levaram a União Soviética a ver seus interesses geopolíticos atingidos.

<sup>21</sup> Emprego aqui o conceito de “livre comércio” explicito por Amado Luiz Cervo em seu artigo, *Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque paradigmático*. Em que o autor deixa clara a idéia de que as vantagens comparativas para a América Latina são inatingíveis.

simultaneamente, propagou a idéia de desenvolvimento industrial, que acabou tornando-se uma das ferramentas propulsoras da expansão do comércio exterior e da influência do país na América do Sul.

Este quadro, de Pan Americanismo<sup>22</sup> começa a sofrer alterações, e à medida que o poder Americano se institucionaliza na América Latina é possível evidenciar algumas das pequenas divergências, entre estes episódios esta a assinatura do TIAR, Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947), celebrado no Rio de Janeiro o tratado entrou em vigor em 1948, ratificado por 22 países o documento tinha como objetivo principal a união dos países envolvidos na defesa de eventuais ataques, o que se deu por meio do comprometimento de todos os parceiros signatários na defesa em caso de um eventual ataque. A assinatura do tratado ocorre em um momento impar da história, o mundo acabara de sair da Segunda Guerra Mundial, e as superpotências, Estados Unidos e União Soviética posicionavam-se para um quadro de protagonismo que veio com a Guerra Fria, onde cada qual lutava para o avanço de suas correntes ideológicas, de um lado os Estados Unidos, a Doutrina Monroe, reafirmando a posição dos Estados Unidos em defesa do colonialismo Europeu, evidenciado na mensagem de Monroe.

“Julgamos propícia esta ocasião para afirmar como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, que os continentes Americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, como suscetíveis de colonização por nenhuma potência européia. [...]

Temos ligações mais imediatas com os acontecimentos deste hemisfério, e a razão é bem patente para todo observador imparcial e esclarecido. O sistema político das potências aliadas é essencialmente diverso, a esse respeito, do sistema político da América. Essa distinção procede da que existe entre os respectivos governos e o nosso, conquistado ao preço de tanto sangue e de tanto ouro, amadurecido pela sabedoria de nossos mais esclarecidos cidadãos e sob o qual temos desfrutado de uma felicidade sem igual; a nação inteira se consagra à sua defesa. [...]

---

<sup>22</sup> Como observado por Cervo & Bueno (p237) 1992 para Vargas a industrialização era o elemento desenvolvimentista, e ao pan-americanismo deveria ter o Brasil à frente.

É impossível que as potências aliadas estendam seu sistema político a qualquer parte dos continentes Americanos, sem pôr em perigo a nossa paz e segurança, nem se pode supor que nossos irmãos do Sul o adotassem de livre vontade, caso os abandonássemos a sua própria sorte. Ser-nos-ia, igualmente, impossível permanecer espectadores indiferentes dessa intervenção, sob qualquer forma que tivesse. “Se considerarmos a força e os recursos da Espanha e dos novos governos da América bem como a distância que os separa, é evidente que a Espanha jamais poderá chegar a submetê-los<sup>23</sup>”

Na seqüência o presidente Theodore Roosevelt deixou claro que o continente Americano estava sob a proteção dos Estados Unidos, pregando a não interferência de outras potências nas decisões dos países desta área por meio do Corolário Roosevelt, na mensagem, ficou claro que nações capazes de cumprir com suas obrigações não precisariam temer a interferência dos Estados Unidos uma vez que estes só interfeririam diretamente em último caso. Tanto o TIAR quanto a Doutrina Monroe corroboraram para que todos os países e governos do continente se unissem contra o comunismo soviético, esta situação propagou a multiplicação da ideologia Americana que acabou por resultar, em muitos casos, nas ditaduras militares experimentadas em boa parte da América Latina e Caribe.

O episódio envolvendo a criação da CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (1948), que em suma era um esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira e que posteriormente serviria de base para elaboração do Plano de Metas, assim como as Missões Cooke (1942), e Abink (1948)<sup>24</sup> deixaram cada vez mais evidente a resistência por parte dos Estados Unidos em oferecer ajuda financeira ao Brasil. Frente às negativas e a crise nacionalista Vargas reassume (51-54). O cenário internacional com a Guerra da Coréia (1950 - 1953) era positivo e propício à abertura de um espaço significativo para articulação, algo que se concretizou por meio da criação da Comissão mista Brasil Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (1951), através da qual se viabilizou os financiamentos junto ao Eximbank e ao BIRD, e conseqüentemente a efetivação de inúmeros

---

<sup>23</sup> Mensagem de James Monroe ao Congresso dos EUA, em 2 de dezembro de 1823

<sup>24</sup> Para os Estados Unidos a instrumentalização de uma comissão econômica deveria estar vinculada a OEA e não a ONU. Em seu artigo que analisa a política durante o período de 1956-1968, Maria Leticia Corrêa expõe os motivos do fracasso das missões, baseada na idéia Americana de privatização do Estado considerando a possibilidade do ingresso de capital estrangeiro

projetos. Em 1953, no entanto a intensificação norte-americana para um alinhamento político-militar fez com que o governo Eisenhower (1953-1961) extinguisse a comissão.

## A Política Independente

Os anseios de um Brasil industrialmente autônomo almeçados por Getúlio Vargas, mostraram-se fragilizados. Nos governos dos presidentes Eurico Gaspar Dutra e Getúlio Vargas o desenvolvimento dependia do capital Americano, o que ia de encontro às intenções dos Estados Unidos, que após a Guerra Fria voltava seu foco para as questões estratégicas de desenvolvimento internacional. Durante este período o Brasil passa a sofrer intensa pressão por parte do governo Americano, e até mesmo de grupos nacionais contrários a decretação do monopólio estatal do petróleo por Getúlio Vargas.

“... Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobrás resulta de uma firme política nacionalista no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos cuja visibilidade sempre confiei.

[...] É portanto, com satisfação e orgulho patriótico que hoje sancionei o texto da lei aprovada pelo Poder Legislativo e que constitui novo marco da nossa independência econômica...<sup>25</sup>”

Getúlio Vargas

Com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, a pressão e o descontentamento Americano se intensificaram e a discussão a cerca da possibilidade de suspensão das linhas de crédito ao Brasil aumentaram, evidenciando a fragilidade de seu governo, diante deste cenário o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) buscou em sua política externa a retomada das relações com os Estados Unidos, tendo como estratégia assumir a liderança na América Latina.

Um dos trunfos do governo Juscelino Kubitschek foi a OPA, Operação Pan-Americana<sup>26</sup>, por meio dela o Brasil propunha a expansão da democracia pela eliminação da miséria, o que foi

---

<sup>25</sup> Declaração do presidente Getúlio Vargas durante a sanção da lei 2004 de 3 de Outubro de 1953

<sup>26</sup> De acordo com a dedução de Henrique Altemani de Oliveira, a OPA foi a forma encontrada para chamar a atenção do governo norte-americano sobre a importância dos problemas econômicos da América Latina, simultaneamente projetaria o Brasil no panorama mundial.

ao encontro das necessidades dos Estados Unidos, que se preocupava com a eminente propagação do comunismo na América Latina e apesar de apresentar poucos resultados concretos a operação propiciou a criação do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento (1960), e da ALALC, Associação Latino Americana de Livre Comércio (1960). Além destes fatores, a negativa de Juscelino Kubitschek frente às imposições do FMI, Fundo Monetário Internacional caracterizou o que seria o começo da política externa independente. E foi fugindo destas exigências de alinhamento com os Estados Unidos que o governo do então presidente Janio Quadros (1961) iniciou a fase de independência da política externa brasileira.

“Abandonamos a diplomacia subsidiária e inócua de uma nação jungida a interesses dignos, mas estrangeiros e, para proteger nossos direitos, colocamos na primeira linha, convencidos que estávamos de nossa capacidade para contribuir com nossos próprios meios para a compreensão Entre os povos.

É preciso frisar que a idéia por trás da política externa do Brasil e sua implementação tornaram-se agora o instrumento para uma política de desenvolvimento nacional. Como parte importante de nossa vida de nação, a política externa deixou de ser um exercício irreal, acadêmico, levado a efeito por elites absortas e fascinadas; tornou-se o tópico principal da preocupação diária. Com ela, buscamos objetivos específicos: em casa, prosperidade e bem-estar; no exterior, viver juntos, amigavelmente, e em paz no mundo: Não há necessidade de explicar aos brasileiros que somos hoje no mundo. Estamos plenamente cômicos da missão que precisamos cumprir – e podemos cumprir.”<sup>27</sup>

Através da ampliação das relações diplomáticas, novas relações comerciais com mercados como a África e a Ásia passaram a ser exploradas, é bem verdade que tais relações foram favorecidas pela conjuntura da época, acontecimentos como a descolonização e a recuperação da Europa Ocidental, assim como os esforços para o restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética, sem dúvida contribuíram para a corrente autônoma praticada pelos governos de Janio Quadros e de João Goulart (61-64), um período especial para a política externa, que manteve o Brasil fora do subsistema interamericano, vale lembrar algumas das decisões importantes para a manutenção desta postura foi adotado, por exemplo,

---

<sup>27</sup> Texto originariamente publicado na *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano IV, nº16, dezembro de 1961, pp. 150-156.

a regulamentação da lei sobre Remessas de Lucros, representando um forte limitador na evasão de divisas, e a assinatura do decreto lei que nacionalizou todas as refinarias de petróleo particulares.

Essas e outras atitudes geraram um sentimento de desconfiança por parte das potencias ocidentais, e com a deposição de João Goulart (golpe militar de 1964) o governo retoma o alinhamento com os Estados Unidos, sendo a evidência de uma postura autônoma e independente por parte da diplomacia brasileira verificada novamente durante o governo Médici, sob o nome de Pragmatismo Responsável<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> O artigo do Embaixador Luiz A. P. Souto Maior, para a Revista Brasileira de Política Internacional 46 (1): 12-34 [2003] apresenta um conceito de pragmatismo responsável onde o governo de articular no campo internacional alinhado aos interesses nacional, econômico e político.

## A Transição

De alguma forma os governos José Sarney e Fernando Collor simbolizaram uma transição para a política externa brasileira, José Sarney vivenciou a vulnerabilidade brasileira diante do sistema internacional fruto do endividamento externo, paralelamente a postura adotada pelos países industrializados ampliou os mecanismos protecionistas e com isso o foco voltou-se para a América Latina, o governo de José Sarney inaugura então a Nova República, período caracterizado pela ampla democratização política do Brasil e sua estabilização econômica que se seguiu ao fim do regime militar.

“A América Latina, e especialmente o Brasil, volta se com interesse solidário e renovado para o impressionante movimento político e social que transforma a Argentina de hoje, com reflexos benéficos para todo o continente. E na confiança renascida de momento como este, que o continente de San Martín e Bolívar se inspira para prosseguir em seu lento amadurecer, em seu obstinado destino de ser, de fato, um Novo Mundo.

A lição, que nossos países oferecem ao mundo, é que a democracia cria raízes profundas na América Latina e que governo civil não é sinônimo de instabilidade, de ingovernabilidade. Ao contrário, é fonte de soluções criativas, liberador de energias cívicas. O poder político, síntese de todos os poderes, é o único que assegura a ordem sustentada na lei, a obediência ao direito e à justiça, a legitimidade capaz de construir a verdadeira e definitiva história nacional.<sup>29</sup>”

Jose Sarney desmontou o regime militar, reatou as relações diplomáticas com Cuba, rompidas em 1964 pelo regime militar, propiciou o realinhamento da política externa, aderiu a inúmeros acordos internacionais em diversas áreas, assinou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, oficializou a adesão à Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e em Buenos Aires, assinou a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, conjunto de acordos econômicos e políticos bilaterais abertos à adesão dos demais países da região, uma aproximação que resultaria na criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991, oficializado em 1995 com a adesão do Paraguai e o Uruguai.

---

<sup>29</sup> Discurso Presidente Jose Sarney - Na Assembléia Legislativa - Buenos Aires 29 de julho de 1986

Já Fernando Collor iniciou uma reestruturação na política externa, adaptado aos novos tempos o esforço voltava-se para estabelecer as bases de um novo pilar que visava a intensificação da agenda com os Estados Unidos, bem como a inserção competitiva do país no cenário econômico internacional e a ampliação nas relações com os países vizinhos, ao assinar o Tratado de Assunção em 1991 possibilitou a criação do MERCOSUL que implicava na:

“... livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum e relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e

“O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.<sup>30</sup>”

Se por um lado o governo Fernando Collor buscou a ampliação das relações internacionais, por outro paradoxalmente afastava-se do Itamaraty, à medida que a política externa se personificava na figura do presidente, Collor buscou a intensificação de sua credibilidade por meio das negociações sobre a dívida externa, as investidas para o retorno ao americanismo não foram eficazes, e o sentimento de que tínhamos uma relação especial com o Washington foi ficando cada vez mais distante, a mitigação de conflitos e a retomada da “aliança especial” com os Estados Unidos, forma objetivos que permaneceram no plano intencional.

Imprimindo uma tendência fortemente liberal, o governo de Fernando Collor promoveu a inserção da política externa no contexto global e onde as polaridades encontravam se

---

<sup>30</sup> Texto extraído do Decreto Lei N° 350, de 21 de Novembro de 1991.

indefinidas trouxe a cena o paradigma americanista, da modernização pela internacionalização. Trabalhar a imagem do Brasil, ter acesso a mercados de créditos e melhores condições de negociação, bem como construir uma agenda positiva com os Estados Unidos eram os principais focos deste governo, após o impeachment do presidente percebe-se o retorno do globalismo reforçando o conceito de autonomia participativa eliminando o distanciamento característico da política externa Brasileira nos tempos do pragmatismo. Embora ambos os governos tenham apresentado características distintas, as diretrizes de suas políticas externas coincidiram, e tiveram como eixo central a diversificação das parcerias e o multilateralismo<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> A articulação sobre o conceito de universalização foi extraída do livro de Henrique Altemani de Oliveira, Política Externa Brasileira, Editora Saraiva.

## A Herança Política de FHC

Fruto da pressão imposta pelo governo americano para adesão a ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, Fernando Henrique Cardoso se viu em meio à forte intensificação de sua atividade política, o acordo idealizado pelos Estados Unidos tinha como propósito a promoção e a ampliação da economia global, e viabilizaria o incremento das importações brasileiras. Entretanto, no âmbito das exportações, o acordo poderia causar danos imensuráveis e conseqüentemente afetaria o processo produtivo do país (uma amostra do potencial estrago ficou evidente no declínio dos índices de empregabilidade do país na época da abertura comercial proposta pelo governo de Fernando Collor de Melo), se por um lado era preciso manter o equilíbrio na balança de pagamentos e proteger determinados setores econômicos, por outro o país necessitava desenvolver relações comerciais externas junto aos países da América do Sul. Assim como nos governos anteriores, a estratégia inicial de Fernando Henrique Cardoso visou o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, mas, curiosamente, apresentava uma pitada de equilíbrio, cujo foco central era uma atuação mais participativa e multilateral, capaz de ampliar as relações econômicas e políticas a mais de um parceiro ou bloco, o que imprimiu um cunho nacionalista à política externa. Nessa toada, o governo pautou suas relações e a intensificação exigida resgatou o conceito de “diplomacia presidencial”<sup>32</sup>, principalmente em função das ações independentes do presidente. Inicialmente, o governou deixou transparecer a sua intenção em manter um alinhamento com a ALCA, conforme explicitou o ministro das relações exteriores na III Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio do Hemisfério:

“Por isso, durante o último ano, a Presidência brasileira, interpretando o sentimento de todos os participantes, assegurou a realização de quatro reuniões preparatórias, que permitiram identificar e articular com maior clareza as diferentes perspectivas do processo de construção da ALCA, conhecer as visões dos parceiros e compreender o alcance verdadeiro das negociações em que queremos nos engajar. [...] Até aqui, temos seguido o caminho, tantas vezes penoso, mas necessário, da negociação franca, transparente e aberta,

---

<sup>32</sup> O Conceito de Diplomacia Presidencial: O papel da presidência da República na formulação da Política Externa – Alessandra Falcão – 2006 Universidade de São Paulo tese mestrado

que aproxima posições, aplaina diferenças, convence e demove. Esse deve continuar a ser o nosso compromisso até Santiago.”<sup>33</sup>

Em 2001 o governo revelou que a prioridade absoluta seria o MERCOSUL, e na III Cúpula de Quebec FHC reforçou este conceito, ao eleger o bloco como a prioridade absoluta do Brasil, mencionou que substituição do bloco por esquemas de participação mais abrangentes não seria possível e alertou que o apoio do Brasil à ALCA somente seria viável se efetivamente eliminasse as assimetrias presentes nas questões fundamentais como: as regras antidumping; as barreiras não-tarifárias; a propriedade intelectual; a capacidade tecnológica, e, sobretudo nas questões acerca da área agrícola. Ao final da reunião, um plano de ação reforçou os compromissos assumidos no âmbito da democracia; do livre comércio; da segurança e paz; do narcotráfico; das normas trabalhistas; da luta contra a discriminação; do desenvolvimento econômico e social; da energia; e do acesso à tecnologia.

“Assim temos realizado, com êxito, a construção do MERCOSUL, que para o Brasil é uma prioridade absoluta, uma conquista que veio para ficar, e que não deixará de existir pela participação em esquemas de integração de maior abrangência geográfica.”<sup>34</sup> “ALCA é opção MERCOSUL é destino”

Se por um lado os discursos apresentavam uma postura rígida do governo em relação a ALCA, a dependência econômica e a crise financeira revelaram ações contraditórias e fizeram com que o Brasil vivenciasse conflitos, muitas vezes adotando a submissão como uma das diretrizes de sua política externa. Um dos exemplos constrangedores foi a atitude do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer ao demitir do IPRI, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais o ministro Samuel Pinheiro Guimarães, apresentando como justificativa o posicionamento crítico de Samuel em relação a ALCA, sua atitude ganhou destaque nos principais meios de comunicação e o jornal O Estado de S. Paulo destacou o posicionamento de Lafer sobre o ocorrido:

“Segundo Lafer, não se trata de afastar opiniões que divergem do governo para inibir o debate. Ele afirmou que Guimarães foi substituído porque suas posições “inequívocas”

---

<sup>33</sup> Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na condição de Presidente da III Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio do Hemisfério e Chefe da Delegação brasileira - Belo Horizonte, 16/05/1997.

<sup>34</sup> Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da III Reunião de Cúpula das Américas. Québec, Canadá, 20/04/2001.

tiravam dele a neutralidade necessária para pesquisar o assunto. O assunto ALCA esta cada vez mais presente e o IPRI, como o instituto de pesquisa do Itamaraty, tem a obrigação de ouvir todas as opiniões para saber o que há de bom e o que não há de bom para o Brasil e o Samuel tem posições definidas e inflexíveis.”<sup>35</sup>

A atitude de Celso Lafer foi alvo de inúmeros protestos, como o do senador Eduardo Suplicy, que na ocasião classificou o corrido como “erro político” e ressaltou a importância das análises e trabalhos efetuados por Samuel em relação a temas estratégicos e de suma importância para o Brasil.<sup>36</sup> Em 2002, em outra entrevista, concedida ao O Estado de S. Paulo, Lafer foi categórico em recomendar aos candidatos a presidência que promovessem a continuidade na política externa vigente:

“Na política externa, o importante é a consistência das posições. Temos trabalhado para a inserção internacional do Brasil, para a melhora do desempenho exportador a partir do maior acesso do produto brasileiro aos principais mercados. Queremos manter a estratégia da negociação em três tabuleiros: a Organização Mundial do Comércio (OMC), a ALCA e a UNIÃO EUROPÉIA (EU). O maior interesse nacional é dar continuidade a essa estratégia. Elas não são fáceis nem podem ser prejudicadas de antemão. Nenhum candidato pode imaginar que, ao iniciar na Presidência, que recomeçará tudo como no Gênesis. O Brasil tem existência independente desde 1822 e nossa história é uma forma de nos inserirmos no mundo. Uma das características da diplomacia brasileira é a consistência e a coerência. A capacidade de mudar tem de ter os componentes prévios de continuidade”<sup>37</sup>.

No entanto esta não foi a única incongruência protagonizada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, no âmbito militar houve o veto sobre a utilização do território brasileiro pelo governo dos Estados Unidos (a utilização tinha como propósito combater o narcotráfico através de intervenções na Colômbia), em contrapartida o governo promoveu a invocação do TIAR, Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Na ocasião, Celso Lafer declarou em entrevista coletiva<sup>38</sup> que o governo brasileiro estaria convencido de que a luta contra o terrorismo, bem como seus responsáveis e aqueles que os abrigam e patrocinam, requeriam uma ação efetiva no âmbito multilateral. Ainda no âmbito dos conflitos, outra ação merece ser

---

<sup>35</sup> O Estado de S. Paulo - 16/04/2001.

<sup>36</sup> Agência Senado – 19/04/2001.

<sup>37</sup> O Estado de S. Paulo - 22/09/2002

<sup>38</sup> Celso Lafer, Entrevista Coletiva, 14/09/ 2001.

comentada: a inércia do governo brasileiro frente à truculência da diplomacia americana, no episódio que envolveu o afastamento do diplomata José Maurício Bustani de suas funções como diretor-geral da OPAQ, Organização para a Proibição de Armas Químicas, e que teve como pano de fundo a resistência em relação à eventual inspeção de armas químicas em território americano.

“O Brasil, ao mesmo tempo em que participava ativamente das negociações da Convenção em Genebra, uniu-se a Argentina e Chile para firmar, na Declaração de Mendoza de 1991, compromisso solene de proibição completa de armas químicas e biológicas. A adesão posterior de Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai àquele compromisso confirmou a tradição latino-americana de pioneirismo na implementação de iniciativas com vocação global.

Na Conferência do Desarmamento, em Genebra, o Brasil se empenhou pela criação da Organização para a Proibição das Armas Químicas. E por ocasião da I Conferência da Organização, voluntariou um de seus mais talentosos diplomatas para ser o seu primeiro Diretor-Geral.

E entendemos que a renovação, em maio último, do mandato do Diretor-Geral, Embaixador José Maurício Bustani, é também manifestação do reconhecimento do papel construtivo do Brasil em temas afetos à segurança internacional.

Na área nuclear, o Brasil renunciou, juntamente com a Argentina, ao desenvolvimento do artefato explosivo, estabeleceu um sistema comum de controle e contabilidade de materiais nucleares, aderiu plenamente ao Tratado de Tlatelolco e negociou um Acordo de Salvaguardas com a Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA).

Aderimos ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Assim o fizemos com a consciência das novas oportunidades do o pós-guerra Fria, em fidelidade a nossos princípios e em reforço de nossas credenciais em matéria nuclear. Em sintonia com as transformações do ambiente estratégico mundial, temos buscado, ao lado de nossos parceiros da "Coalizão da Nova Agenda", contribuir para o alcance do objetivo do desarmamento nuclear.

O Brasil tem um compromisso inequívoco com a paz e a segurança internacional. E para isso está sempre pronto a dar sua contribuição.

Na Cúpula dos Presidentes da América do Sul, realizada em agosto passado em Brasília, decidimos criar uma Zona de Paz Sul-Americana. Reiteramos nossa convicção de que o progresso duradouro se assenta sobre instituições democráticas, coesão social, competitividade econômica e cooperação internacional.

Vamos continuar a pautar nossas posições pelos objetivos do desarmamento e da não-proliferação, da promoção do bem estar dos povos, da democracia.

Estamos habilitados a exercer crescentes responsabilidades. "Por quê?", pode-se perguntar.

Em razão da paz ininterrupta de mais de um século que mantemos com nossos vizinhos, de nossa singular formação multicultural, de nossas habilidades - provadas historicamente - para promover e construir a paz, mesmo em condições adversas, de nossa renúncia inequívoca aos meios de destruição em massa, de nossa crença nas virtudes da solução pacífica de controvérsias, de nossas instituições democráticas. Tudo isso nos habilita a exercer, com legitimidade, crescentes responsabilidades.

[...] Hoje, diversos focos de instabilidade internacional coincidem com as áreas mais atrasadas e carentes do planeta. Não pode haver verdadeira paz num mundo crescentemente marcado por disparidades entre as nações, pela concentração de conhecimento, ou pelo predomínio de visões e interesses de curto prazo.

A Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas é exemplo do alto grau de entendimento alcançado pela comunidade internacional. Mas mesmo no âmbito do atual regime químico, há ainda um esforço a fazer no sentido de tornar mais efetivos os controles da Organização, com vistas a contribuir para o objetivo de que todo o controle de transferências de bens químicos sensíveis se tornem compatíveis com as regras multilateralmente acordadas. »<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Sessão Especial do Conselho Executivo da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) - Haia, 09/10/2000

O modelo econômico adotado, “neoliberal globalizado” foi marcado pelo forte alinhamento com as recomendações políticas e econômicas do “consenso de Washington”, e mesmo de forma implícita, intensificou o processo de privatização das empresas públicas; promoveu a desregulamentação, a reforma institucional, e o ingresso de grandes empresas estrangeiras no país. Com conseqüências negativas e positivas deixou o Brasil diante de uma situação econômica, que no mínimo, inspirava cuidados; um ambiente internacional cuja principal característica era a aversão ao risco, tendo como conseqüências a restrição ao crédito externo, uma inflação anual na casa dos dois dígitos, e indicadores sociais caóticos. Em contrapartida e depois de superados os contratemplos, a gestão herdou um país com prestígio internacional, uma base institucional estruturada, um orçamento que considerava as metas fiscais, um sistema de câmbio flutuante, um sistema de metas de inflação, e a lei de responsabilidade fiscal.

#### **4. A cobertura do jornal “*O Estado de S. Paulo*” e a Política Externa do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.**

##### **Cronologia da Imprensa Brasileira**

Inúmeros foram os fatos que marcaram a história da imprensa brasileira. No período abordado neste trabalho alguns acontecimentos merecem destaque como: o Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de Dezembro de 1939, que no governo de Getúlio Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), departamento este, diretamente subordinado a Presidência da República, tinha entre seus objetivos a coordenação e o incentivo as relações da imprensa com os Poderes Públicos, a redação do decreto usava, a necessidade de maior aproximação da imprensa com fatos que se liguem aos interesses nacionais como pretexto para a criação do departamento; a assinatura da Lei de Imprensa, Lei nº 5.250, de 9 de Fevereiro de 1967, assinada pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco, a lei regulava a liberdade de manifestação do pensamento e da informação e reafirma o conteúdo repressivo, como a responsabilidade sucessiva, as penas de prisão e multa para uma longa lista de supostos crimes; ainda no governo militar, durante a junta governativa provisória tem se a edição do Decreto Lei 972, de 17 de Outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, para o exercício da profissão, o jornalista passa a ter que se registrar no Ministério do Trabalho e Previdência Social, e para tanto, entre as exigências se faz necessária a também apresentação do diploma de curso superior de jornalismo; sob o governo Médici cria se o Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de Janeiro de 1970 que vem para instituir a censura à imprensa e aos meios de comunicação em geral;

“Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação; Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior”.

Por último mais não menos importante, durante o governo José Sarney, foi promulgada a Constituição Federal, que vedou toda forma de censura política, ideológica ou artística, assegurando a liberdade de imprensa ao país.

## Os Anos de Chumbo

Embora a história da imprensa brasileira seja vasta e tenha passado por inúmeras fases como os anos de ouro, a imprensa alternativa, e a fase da redemocratização não é possível falar da cobertura jornalística do jornal *O Estado de S. Paulo* sem recorrer a fase dos “anos de chumbo” que foi determinante na história deste veículo.

Muitos são os relatos e materiais disponíveis sobre o Golpe de 1964, e o Ato Institucional Nº 5<sup>40</sup>, embora tenha havido muita pressão e até mesmo atentados contra vários políticos, veículos de comunicação e jornais, o ápice da censura, pelo menos no que tange ao jornal *O Estado de S. Paulo* foi sentido as vésperas da edição de 13 de dezembro de 1968, a edição foi apreendida em razão da recusa de Mesquita Filho de excluir da seção "Notas e Informações" o editorial "Instituições em Frangalhos", em que denunciava o fim de qualquer aparência de normalidade democrática. A partir de então, o jornal passou a contar com censores da Polícia Federal, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, a ditadura se encarregou de intervir nos principais meios de comunicação e jornais privados do país, ora pela distribuição de verbas ora pela intervenção por meio do posicionamento de homens de confiança do governo em cargos de chefia, o que não foi diferente no O Estado de S. Paulo.

“Das palavras ultimamente pronunciadas pelo Sr. presidente da República, infere-se não ser o seu estado de espírito aquele que até há pouco sistematicamente definia a confiança que depositava em si e na sua gestão. O otimismo, de resto inconsistente, que transpirava de todas as suas atitudes, acabou por ceder lugar a uma inquietação crescente, na qual são evidentes os sinais de que admite s. exa. que as coisas venham a piorar - não porque elas se tenham em si mesmas deteriorado, mas em consequência dos erros praticados por s. exa. É que, com o correr do tempo e o contacto com a realidade, vai s. exa. percebendo que governar uma nação de mais de 80 milhões de habitantes e que acaba de dar, com a vitória de 64 - que, embora s. exa. a considere como obra das Forças Armadas, se deve ao próprio esforço da coletividade -, uma demonstração viva de fé democrática, é coisa muito diferente do comando de uma divisão ou de um exército.”

---

<sup>40</sup> O Ato Institucional Nº5 ou AI-5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe militar de 1964 no Brasil. O AI-5 sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais.

[...] No decorrer das primeiras etapas do seu governo tudo parecia sorrir-lhe, pois que, além de saber contar discricionariamente com a força dos regimentos, das brigadas e das divisões, dava ainda por certa a passividade da Câmara e do Senado, ambos constituídos pelos dois conglomerados que ele, como o seu antecessor, acreditava representarem a substância popular. Já nessa altura, para aqueles que através dos tempos afinaram aquela sensibilidade sem a qual ninguém será capaz de perceber os sinais precursores dos grandes terremotos, se mantinha s. exa. acima dos acontecimentos, na ilusória suposição de que tudo ia pelo melhor e que, se algumas vozes se levantavam em dissonância, não correspondiam ao sentir das camadas profundas da nacionalidade. Pouco tempo durou, porém, a euforia presidencial. Umas após as outras, começaram a manifestar-se as contradições do artificialismo institucional que pela pressão das armas foi o País obrigado a aceitar. A desordem passou a campear nos arraiais estudantis, ao mesmo tempo em que, ante o mal-estar geral, o clero revoltoso fazia sentir a sua presença até mesmo nas praças públicas. Dentro dos próprios limites do feudo aparentemente submisso à vontade do Palácio da Alvorada, não se passava dia sem que se manifestassem sintomas da insurreição latente. A Arena aderiu à rebeldia geral com tamanha evidência que o próprio MDB sentiu que era chegado o momento da desforra. Resolveu então, com uma ousadia que a todos espantou, enfrentar a ditadura militar em que vivemos desde 1964 ferindo na sua suscetibilidade as Forças Armadas brasileiras. ”<sup>41</sup>

Em 1930 o jornal apoiou a candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, derrotado nas eleições. Nos documentos oficiais sobre a trajetória do jornal *O Estado de S. Paulo* o apoio a troca de regime foi claro, porém contraditório já que em muitos documentos o jornal informava que manteve uma postura independente no que diz respeito a um eventual partidarismo. O jornal manteve a tradicional postura de unir, em seus editoriais, conservadorismo político e liberalismo econômico, sempre identificando se com o pensamento "conservador" ou "neoliberal" presentes no Brasil. A história recente do jornal confirma este posicionamento conservador como a revisão da constituição em 1993 recebida positivamente pelo jornal, pois poderia criar "as condições para a associação do Brasil com o mercado global de bens e idéias", outro capítulo que evidencia este posicionamento foram as críticas constantes feitas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), ou até mesmo o posicionamento do jornal frente a candidatura de

---

<sup>41</sup> Trechos do Editorial publicado em 13 de dezembro de 68, horas antes do AI-5, que levou à apreensão da edição do jornal

Fernando Henrique Cardoso para ministro da Fazenda, tido pelo jornal como uma das figuras intelectuais de grande prestígio e com profundo conhecimento do país.

## **A Imprensa de Lula**

Uma fase mais contemporânea vivida pela imprensa brasileira foi a da primeira eleição direta para presidente, já eleito, o então presidente Lula iniciou seu governo sob uma perspectiva histórica no Brasil, o que a imprensa chamou de “verdadeira festa nacional”. Muitos jornais abordaram a posse de maneira singular, a cobertura teve repercussão em todos os meios de comunicação, locais e internacionais, como muitos definiam Lula estava em clima de “lua-de-mel” com a opinião pública. A grande imprensa mostrou uma postura exemplar na cobertura jornalística de 2002 o equilíbrio com que a imprensa tratou os candidatos ficará registrado na atuação do jornalismo político.

Entre tanto é preciso abrir um parêntese para abordar a relação entre o governo Lula e a imprensa, uma relação conturbada e diferenciada. Uma relação incongruente e dividida, com duas facetas, de um lado a imprensa livre protagonizando o cerceamento a liberdade de expressão e de outro o governo delimitando o acesso da imprensa, exemplos não faltaram, um deles foi o episódio que envolveu o jornalista americano Larry Rohter, então correspondente do New York Times. Larry satirizou o comportamento do presidente ao mencionar os “hábitos étlicos” do presidente, a repercussão e conseqüências da matéria, bem como as medidas adotadas pelo governo evidenciaram o conflito presente na relação do governo com a imprensa.

A forma como o governo tratou a concessão de entrevistas também deixou algumas esferas da imprensa descontentes, muitos criticaram que depois da posse o presidente só concedia entrevistas para veículos específicos, tais como a Rede Globo; a revista Time; e o Washington Post, em contrapartida, a imprensa contra atacou e usou falas e deslizes do próprio presidente para se “defender” e de certa forma tentar reverter a situação.

## **A Cobertura**

A análise aqui apresentada estrutura-se nas principais realizações do governo de Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da política externa. A categorização dos dados se dá de forma qualitativa e quantitativa à medida que os fatos que marcaram a agenda internacional são contextualizados, entre eles destacam-se;

## **ALCA**

Embora o peso das negociações internacionais se caracterize pela distinção, a diplomacia brasileira direcionou as negociações internacionais, com base numa perspectiva global, ou seja, as avaliações não foram feitas de maneira isolada e consideraram inúmeras possibilidades durante o governo Lula as mudanças sobre a temática ALCA foram percebidas de diversas formas. No relacionamento com o governo norte-americano, ficaram evidentes os desacordos políticos e a postura do novo governo frente a ALCA, que deixou de ser vista como uma eventual oportunidade para ser vista de forma crítica.

Outras mudanças puderam ser percebidas e de certa forma compensaram os atos de submissão do governo antecessor, entre elas algumas ações do ministro Celso Amorim, como a indicação de Samuel Pinheiro Guimarães para o cargo de secretário-geral do Itamaraty e José Maurício Bustani para o cargo de embaixador do Brasil em Londres. Em seu discurso, durante a Transmissão do Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, Samuel falou sobre os desafios da sociedade mencionou a necessidade de acabar com os “constrangimentos” que permeavam a diplomacia brasileira, ressaltando a necessidade de se transpor o modelo de integração para adotar um modelo de participação através do fortalecimento do MERCOSUL e destacou o trabalho de Lula, em relação às negociações internacionais e ao aumento substancial do comércio internacional.

No documento de 2005 do Observatório Político Sul-Americano, OPSA, Celso Amorim aborda algumas temáticas das Relações Internacionais, entre as quais está a ALCA, segundo ele, o governo conseguiu em 2003 estabelecer um entendimento pleno para a reestruturação das negociações, a argumentação para justificar os “avanços”, foi dada pelo avanço e aumento do comércio com os Estados Unidos, já as justificativas para os “retrocessos” nas negociações foram atribuídos as eleições americanas.

O tema “ALCA”, polêmico, esteve presente em inúmeros artigos e textos, o jornal abriu espaço para que especialistas das mais diversas ordens opinassem sobre o assunto, o resultado da cobertura refletiu exatamente este posicionamento, e possibilitou a verificação de pontos de vistas distintos sobre o assunto, vale lembrar que a própria polêmica envolvendo as negociações com o bloco propiciou esta disparidade. Na amostragem quantitativa 50% dos artigos analisados mostraram argumentos neutros e 50% argumentos positivos o que destacamos abaixo em alguns dos trechos extraídos do jornal e na tabela 1 que compara as informações da temática em relação a todos os temas.

“... (O Estado de S. Paulo - 14/06/02) - ONGS DE ESQUERDA ORGANIZAM PLEBISCITO SOBRE ALCA - O embaixador Samuel Pinheiro Neto, ex-diretor do Instituto de Pesquisas Internacionais (IPI) do Ministério das Relações Exteriores, acredita que, com a ALCA, o Brasil perderá sua capacidade de fazer a própria política pública, industrial e tecnológica. Segundo ele, o principal problema da ALCA é o desemprego. Ele disse que pelo menos 50 milhões de brasileiros não são suficientemente produtivos para trabalhar nas empresas estrangeiras que vierem a se instalar no Brasil por conta da ALCA...”

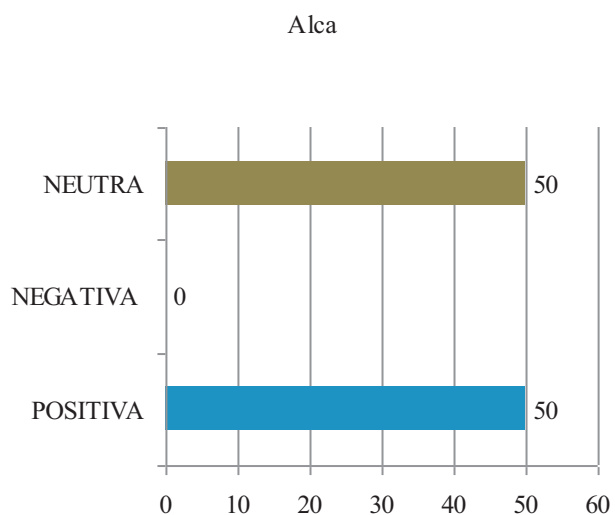
“... (O Estado de S. Paulo - 12/06/2003) - É HORA DE MUDAR A GEOGRAFIA COMERCIAL DO MUNDO - No Líbano, Lula também crítica acordos de livre comércio que, segundo ele, só beneficiam um lado. Nos discursos que fez no encerramento do Seminário Empresarial Líbano-Brasil e na Assembléia Nacional, o presidente referiu-se indiretamente aos mais difíceis processos de negociação comercial que envolve atualmente o Brasil: a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o acordo entre o MERCOSUL e a União Européia. [...] “Esta na hora de nós mudarmos a geografia comercial do mundo. Sozinho, nenhum de nós pode competir com os países ricos. Juntos teremos muita força para competir em igualdade de condições e fazer com que os países ricos flexibilizem suas regras”, completou Lula...”

“... (O Estado de S. Paulo - 05/12/2003) Senador dos EUA após reunião sobre subsídios - Já que os EUA não aceitam negociar questões como subsídio agrícola na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) antes de uma definição da Organização

Mundial do Comércio (OMC), Rodrigues quer compensações para o Brasil na área agrícola. Segundo ele, essas compensações poderiam ser feitas com o aumento de cotas para exportação de determinados produtos ou redução tarifária...”

Tabela 1.

TEMAS	POSITIVA	NEGATIVA	NEUTRA
Alca	50%	0%	50%
Quadro Geral	30%	41%	29%



## **Assistência Humanitária**

As ações relativas a “Assistência Humanitária” foram amplamente divulgadas pela imprensa, e de um modo geral foi possível verificar que o *Estado de S. Paulo* abordou o assunto de forma positiva e entusiástica, destacando o apoio do governo Haitiano a candidatura do Brasil no Conselho de Segurança da ONU como visto na temática sobre o “Conselho de Segurança” outro destaque desta temática foi o Programa Fome Zero, implementado em fevereiro de 2003, que embora tivesse como objetivo principal mobilizar as massas em favor das classes mais necessitadas propiciou uma exposição internacional e foi elogiado por inúmeros organismos internacionais, entre as matérias analisadas o destaque foi para a matéria de 28/01/2004 da jornalista Vera Rosa que tinha como manchete a frase “A hora é da política de inclusão social” e trazia trechos do discurso de Lula convocando os “companheiros indianos” para esta mobilização.

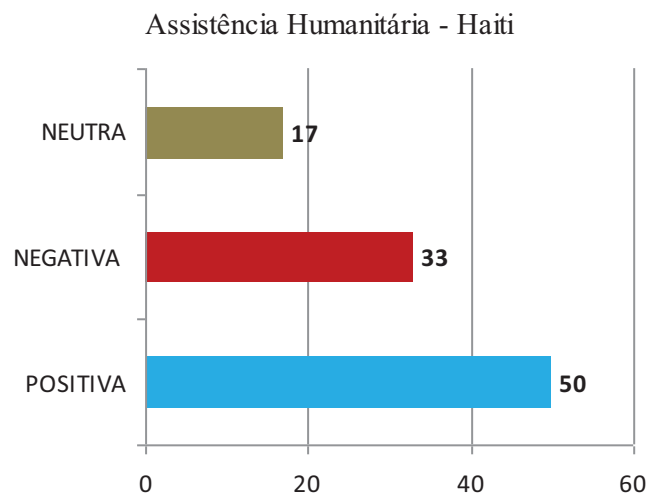
Algumas matérias de Tânia Monteiro e Leôncio Nossa também apresentaram este tom otimista refletindo os indicadores quantitativos da temática: 50% dos temas com abordagem positiva, 33 % com abordagem negativa e 29% com abordagem neutra. Nos trechos abaixo é possível verificar a recorrência dos temas envolvendo o Haiti na tabela 2 tem se os indicadores da temática em relação aos demais temas abordados na análise.

“... (O Estado de S. Paulo - 21/12/2004) “Há um tempo para cada coisa. O momento hoje é para nós verificarmos o que aconteceu”, prosseguiu o vice-presidente, ao revelar que todos têm preocupações com a situação no Haiti. [...] Morreu um general brasileiro, comandante da força de paz. É claro que estamos preocupados, tanto é que mandamos uma equipe para lá ver o que aconteceu lá”, comentou o vice-presidente, se referindo à missão brasileira que seguiu ontem para Porto príncipe...”

“... (O Estado de S. Paulo - 8/01/06) “Lula desconversa e comemora o jogo do ano - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva evitou comentar, ontem, a possibilidade de o Brasil retirar suas tropas do Haiti por falta de cooperação internacional - iniciativa que o ministro Celso Amorim havia mencionado horas antes, na visita a Porto Príncipe.

Tabela 2.

TEMAS	POSITIVA	NEGATIVA	NEUTRA
Assistência Humanitária - Haiti	50%	34%	16%
Quadro Geral	30%	41%	29%



## Conselho de Segurança

Conforme mencionaram Cervo e Bueno<sup>42</sup> o plano para reformar a defesa nacional resultou em avanços institucionais, como a criação do Ministério da Defesa e a sucessão de ministros civis, porém não implementou a política nacional de segurança (exceto na área amazônica e no Atlântico Sul), um segundo plano foi elaborado pelo governo de Lula. Apesar dessas contradições, a política exterior do governo Lula prosseguiu com o objetivo de desempenhar papel relevante no campo da segurança. Em 2004, o Brasil associou-se aos países do Cone Sul, Argentina e Chile, obteve a cooperação do Uruguai, do Peru e da Bolívia, assumiu o comando das tropas e se propôs a levar a paz, o desenvolvimento e a redemocratização ao Haiti, o que caracterizou um grande, se não o maior envolvimento do país nas missões de paz da ONU desde 1946.

Pelo fato de adotar uma política exterior pacífica o Brasil tem preferência pela via multilateral como mecanismo de solução de conflitos e naturalmente da importância ao Conselho de Segurança da ONU. Em 2005, o governo brasileiro apresentou à Assembléia-Geral da ONU uma proposta de reforma para o Conselho de Segurança, que incluía a ampliação do número de membros permanentes e a extinção do direito de veto, com a justificativa de aumentar sua representatividade e a capacidade de resposta aos conflitos os países do G4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) apoiaram a proposta. Apesar de ativa movimentação das diplomacias do G4, a reação global não permitiu a seqüência da reforma (cinco membros permanentes receosos com a perda de poder, e os demais países, desconfiados com os novos candidatos a membro permanente). Mesmo com o apoio dos governos antecessores a busca por uma representação no Conselho de Segurança da ONU o diferencial em relação aos outros governos se deu na ocasião das missões de paz da ONU em Timor Leste e Angola onde o governo deu a ênfase necessária ao envio e comando de tropas na missão no Haiti, inaugurando um tipo de autonomia pela afirmação soberana dos interesses nacionais.

Embora a imprensa internacional e inúmeros críticos tenham reconhecido este feito O episódio “Conselho de Segurança” foi o que apresentou a maior negatividade dentro das temáticas abordadas neste trabalho (75%), em muitas matérias o que se verificou foi a avaliação do tema por terceiros, ou seja, quando haviam críticas elas eram feitas por

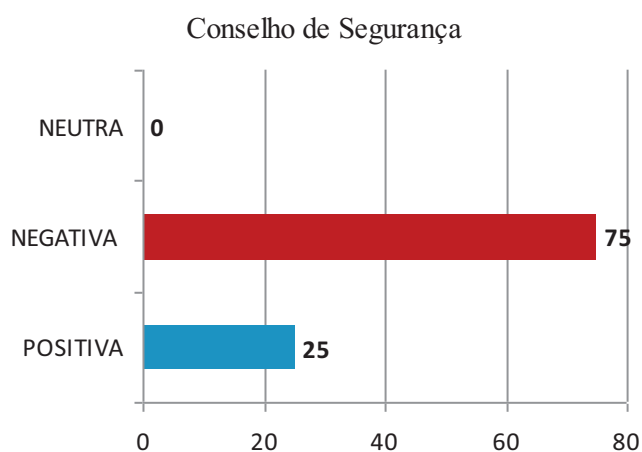
---

<sup>42</sup> CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo, História da política exterior do Brasil, 3a edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2008. PÁG. 504.

professores ou especialistas, o lado positivo foi o de que a abordagem em geral apresentava mais de um ponto de vista, como foi possível evidenciar no trecho do jornalista Silvio Bressan em destaque, o que propiciou de alguma forma a representação da positividade na análise quantitativa (25%). Vide Tabela 3.

Tabela 3.

TEMAS	POSITIVA	NEGATIVA	NEUTRA
Conselho de Segurança	25%	75%	0%
Quadro Geral	30%	41%	29%



“... (O Estado de S. Paulo - 24/9/03) - ANALISTAS ELOGIAM DISCURSO, MAS FAZEM RESSALVAS - a busca de um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU o mais negativo no discurso do presidente Luis Inácio Lula da Silva. A avaliação é do professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Ricardo Seitenfus, e do cientista político alemão e diretor da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, Whilhem Hofmeister. [...] “Poucos estadistas podem falar sobre esse assunto com a propriedade do presidente Lula ”anotou o diretor da fundação alemã, apesar disso, Hofmeister questiona a criação de um Comitê Mundial de Combate à Fome, no âmbito da ONU [...] Entrar no conselho tem altos custos, como enviar tropas para qualquer lugar do mundo e assumir compromissos financeiros e políticos” adverte Hofmeister... ”

“... (O Estado de S. Paulo - 27/11/03) - THE ECONOMIST TEME RUPTURA NA RELAÇÃO BRASIL-EUA - A revista diz que o Brasil, quando assumir em janeiro um

assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderá votar contra os Estados Unidos no que se refere ao Iraque. “Se isso acontecer, será necessário muito cuidado para que a frágil parceria brasileiro-americana não sofra uma ruptura”, diz a revista. Caso isso aconteça, o continente americano poderia apresentar dois campos rivais, resmungando um contra o outro. [...] O acordo permite que o País continue protegendo a sua economia enquanto busca um desempenho inspirado pelo governo para se tornar um peso-pesado econômico. Mas isso poderá ter um preço: ‘menos acesso ao mercado norte-americano e talvez menos investimento do que outros países latino-americanos’. A revista afirma também que a reunião de Miami ‘mostrou que boa parte da América do Sul rejeita a liderança brasileira...”

“... (O Estado de S. Paulo - 11/01/04) - CASA BRANCA DÁ SINAIS DE IRRITAÇÃO COM LULA APESAR DE O PALÁCIO DO PLANALTO ENFATIZAR QUE “NUNCA O BRASIL MANTEVE TÃO BOAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS” - o Departamento de Estado americano já enviou dois recados ácidos a Brasília. Primeiro, que as insistentes críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à política externa ditada por Washington começam a irritar a Casa Branca. No segundo aviso, os Estados Unidos deixaram claro que estarão "de olho" nas posições e no comportamento do Brasil nos dois anos em que estiver sentado no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)...

[...] Embora não considere que tenha havido pouca mudança no conteúdo da política externa a partir da posse de Lula, a diplomacia americana avalia que há diferenças na forma como as orientações são postas em prática. Mas há temores de que as rugas sejam acentuadas nas discussões de alta temperatura no Conselho de Segurança da ONU. "O número de incidentes e de declarações críticas do presidente Lula começam a nos irritar", afirmou uma fonte do Departamento de Estado. "O Brasil precisa ter cuidado para não criar dúvidas sobre sua condição de aliado ou não dos Estados Unidos, completou...”

## Direitos Humanos e Temas Sociais

A política exterior brasileira acerca dos direitos humanos se apresentou como uma crítica ao posicionamento internacional que muitas vezes mostram se não recíprocos e injustos, críticas essas que alimentam e inspiram o realismo presente nas teorias das relações internacionais e na prática da política o que de certa forma permite aos Estados a hegemonia no posicionamento global em função de interesses e do poder. O Brasil sempre levantou a bandeira dos direitos humanos tendo como pilar o desenvolvimento e com o governo Lula o combate à pobreza e à fome fez com que o assunto ganhasse força. A política externa do governo Lula ampliou a voz da ordem injusta, da fome e da doença contrárias aos direitos humanos, nas reuniões internacionais e assembleias-gerais o programa Fome Zero esteve sempre em pauta, outro ponto que reforça esta atuação foi a continuidade que o governo deu as conquistas de seus antecessores como o acordo TRIPS, Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights, adotado pela ONU.

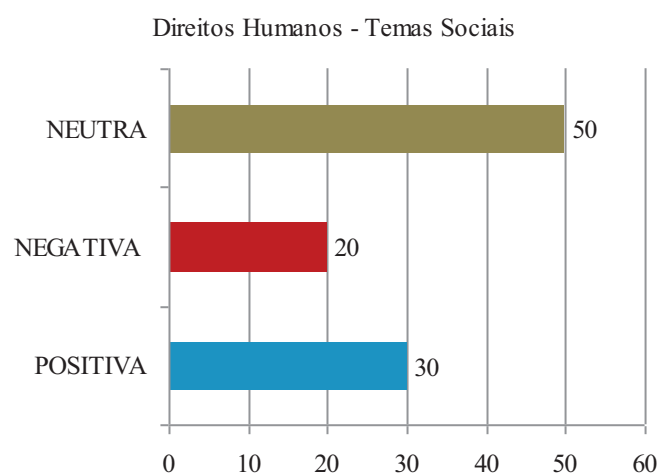
A política externa apresentou uma “diplomacia ativa”<sup>43</sup>, que mesclou continuidade e mudança e produziu resultados singulares, capazes de ampliar o diálogo do Brasil com outros países. Entre os principais resultados desta continuidade figuraram; a reciprocidade alcançada pelo Brasil e a participação do Brasil em foros mundiais como os de Porto Alegre e Davos. Embora estas participações do governo tenham ganhado destaque na imprensa como algo “inusitado” as temáticas foram vistas, em sua grande maioria de forma neutra, 50% (vide tabela 4.) refletindo em alguns trechos o posicionamento do governo, muitas vezes representado pelo então ministro das relações exteriores, Celso Amorim que sempre deixou claro que para se construir uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática, seriam necessárias mudanças e um aumento significativo na disciplina do fluxo de capitais.

---

<sup>43</sup> Entrevista do Senhor Ministro de Estado, Embaixador Celso Amorim, à Revista Veja – Dá para ser em 2004 - Brasil, 28/01/2004. “Nossa política externa, ativa e altiva, perseguiu uma mudança das relações e forças internacionais”

Tabela 4.

TEMAS	POSITIVA	NEGATIVA	NEUTRA
Direitos Humanos - Temas Sociais	30%	20%	50%
Quadro Geral	30%	41%	29%



## MERCOSUL

Conforme sinalizado por Cervo e Bueno<sup>44</sup> As relações entre Brasil e Argentina foram marcadas pela desvalorização do real e pela forte crise econômica e social da Argentina. Os governos dos dois países deparavam-se com um contencioso comercial causado por exportações de manufaturados brasileiros que dificultavam a reindustrialização da Argentina, começam a surgir às primeiras dificuldades nas relações entre os países. Os impactos foram rapidamente percebidos, entre os quais estavam: a aquisição de bônus da dívida argentina pelo governo venezuelano, a escassez no fornecimento de energia, a adesão da Venezuela ao MERCOSUL e a obstrução por parte dos congressos no Brasil e no Paraguai.

No campo das negociações multilaterais, o que se viu foram interesses convergentes e na segurança o que se viu foi um paralelismo, o comércio entre o Brasil e a Argentina refletiu a boa atuação do Brasil fruto também da crise Argentina. A reunião de cúpula dos países da América do Sul, realizada em Brasília no ano de 2000, trouxe a tona à idéia de fazer com que a integração regional a partir do MERCOSUL progredisse. Foi instituído um plano de ação para integração da infra-estrutura regional, a cúpula dos doze países realizada na cidade mineira de Ouro Preto, propiciou a criação de fundos para financiar a economia e a organização de uma futura comunidade sul-americana de nações. Para a política exterior do Brasil, o MERCOSUL constitui um projeto político, que a crise do neoliberalismo e a permanência de assimetrias tornaram mais flexíveis. Enquanto alguns setores da sociedade se organizaram para utilizá-lo em benefício de interesses próprios a diplomacia o utilizou como ferramenta de reforço do poder de barganha internacional.

Quando o tema em pauta é o MERCOSUL o que se percebe na cobertura não difere das outras temáticas aqui analisadas, ou seja, o jornal O Estado de S. Paulo mantém um posicionamento positivo em relação às ações do governo, no entanto na maneira como o jornal redige seus textos é possível perceber, embora de forma subliminar exista uma crítica às ações do governo brasileiro. Nas negociações do Brasil com a União Européia em trechos de matérias distintas é possível esta constatação; “O Brasil e a União Européia não conseguiram alcançar nenhuma sintonia”, neste trecho a falta de êxito do Brasil foi colocada em destaque, “reagiu às críticas e

---

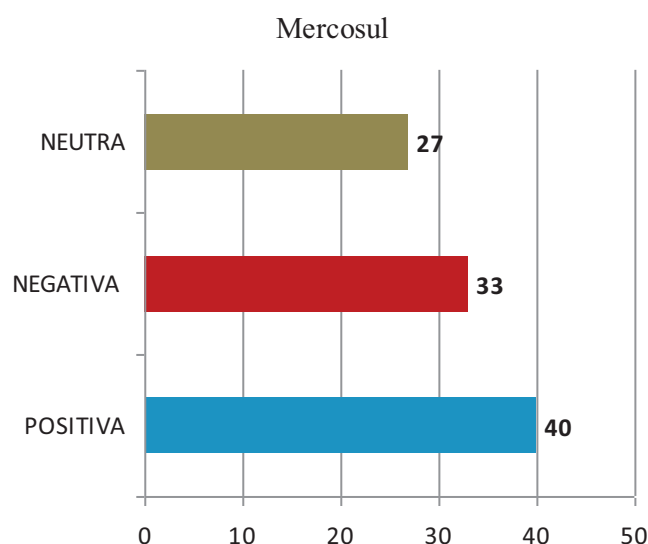
<sup>44</sup> CERVO, Amado Luiz, Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque Paradigmático, Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 5-25, 2003. PÁG. 512

acusou a UEE” já neste outro o jornal coloca a UEE numa situação de réu. Em outras matérias percebe-se um tom de subserviência, principalmente quando se trata da figura do presidente, que sempre aparece “pedindo” ou “tentando” algo; “Lula pede concessões e comissário diz que elas serão do tamanho que o MERCOSUL fizer”, Lula tentará dar vigor à estratégia Sul-Sul.

O que geralmente se percebe no texto das ações de maior êxito, é o fato destas conquistas nunca estarem diretamente relacionadas à Lula “Para Amorim, acerto sobre preferências tarifárias abre caminho para área de livre comércio [...] “É a primeira vez que o MERCOSUL assina um acordo com um país da Ásia”. O tema teve indicadores surpreendentes com 40% de positividade e 33% de negatividade (vide tabela 5.) o que de certa forma espelhou a postura do governo que tinha como foco o fortalecimento do MERCOSUL, em relação às negociações internacionais, bem como o aumento substancial do comércio internacional.

Tabela 5.

TEMAS	POSITIVA	NEGATIVA	NEUTRA
Mercosul	40%	33%	27%
Quadro Geral	30%	41%	29%



## **Temas Políticos e Relações Bilaterais**

As relações entre Brasil e Estados Unidos encontravam-se em dualidade, de um lado, os vestígios de uma aliança política e econômica histórica entre os dois países, cujos benefícios foram sempre percebidos e apreciados por ambos independentemente dos governos; por outro, a competição entre os dois, tanto no que tange a visão geopolítica quanto ao que tange os interesses econômicos. Pode-se dizer que pelo menos aparentemente no governo Lula a gangorra ficou estável em função das parcerias e alianças entre ambos os governos, fruto do relacionamento entre Bush e Lula.

Consideradas por ambos os governos estratégica, as relações entre Brasil e China basearam-se na confiança mútua, no desenvolvimento do comércio bilateral e na coordenação de posições no âmbito das políticas multilaterais, o que ficou evidenciado nos inúmeros comunicados entre os dois presidentes Hu Jintao e Luiz Inácio Lula da Silva e nas visitas.

Já as relações entre Brasil e Índia foram mornas, ambos os países adotaram posições similares nos Fóruns multilaterais, especialmente no que estava relacionado às mudanças de regras do comércio e que de alguma forma ainda beneficiavam os países ricos, mas sua cooperação bilateral é minguada, e o Ibas não supre essa escassez. Apesar de bom entendimento político e geopolítico, como demonstra a existência do Brics, outro país que manteve com o Brasil relações bilaterais bem aquém do potencial foi a Rússia, tanto no aspecto comercial como no da cooperação tecnológica.

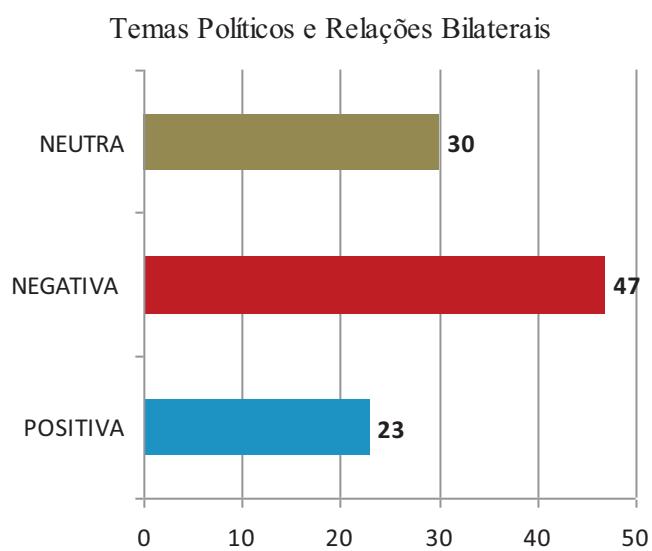
A abordagem sobre os “Temas Políticos e as Relações Bilaterais” foi negativa (47%) e embora subliminar, apresentou as conquistas e realizações do governo de forma crítica com abordagens fortes e pejorativas que de certa forma não estavam em conformidade com os acontecimentos reais como a atuação do Brasil na V Conferência Ministerial da OMC, realizada em 2003 em Cancun, onde juntamente com a Índia e a China o Brasil liderou a coalizão que culminou no G-20 estabelecendo um novo papel nas discussões acerca do comércio internacional e da sua liberalização, conseguindo manter interesses diferentes, que convergiram para o atendimento das demandas por meio de uma pro atividade.

O G-20 proporcionou o surgimento de um novo tipo de coalizão, revolucionando a política externa e permitindo a inclusão de países em desenvolvimento no debate internacional, em

seu discurso enfatizou que esse tipo de articulação deveria inspirar ações que fossem além dos fóruns internacionais.

Tabela 6.

TEMAS	POSITIVA	NEGATIVA	NEUTRA
Temas Políticos e Relações Bilaterais	23%	47%	30%
Quadro Geral	30%	41%	29%



## 5. Conclusão

Num mundo globalizado é impossível pensar a inserção e as transformações de qualquer país no mercado mundial sem considerar a cobertura jornalística, embora esta afirmação suscite polêmicas à interdependência e a proximidade entre a política externa e os meios de comunicação, é cada vez mais latente, sendo possível encontrarmos exemplos diversos desta articulação a todo instante; o golpe de 1964 e O Estado de S. Paulo, a campanha pelas “Diretas-já” e a Folha de S. Paulo, o caso “Collor Gate”, e até o comportamento do setor de comunicação frente à crise financeira no fim do governo Fernando Henrique Cardoso. O trabalho teve como objetivo apresentar uma proposta diferenciada o propósito não era a análise de dados eleitorais ou o posicionamento dos editoriais, a intenção foi propor uma cobertura diferenciada, por meio da análise qualitativa e a partir de indicadores quantitativos buscou se apurar o balanço da cobertura jornalística efetuada pelo jornal “O Estado de S. Paulo” acerca da política externa brasileira no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como referência os temas da agenda internacional.

Foi possível uma abordagem dinâmica sobre as diversas formas de interação existentes na temática “Política e Comunicação” e surpreendentemente pode se verificar que as perspectivas políticas podem sim ir além da limitação do conceito de “Estado”, as interações entre os agentes políticos e os meios de comunicação não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presentes na sociedade, e podem sim reproduzir a diversidade social e com isso apresentar conseqüências significativas para o exercício da democracia o que vai ao encontro da maior conscientização política e o maior conhecimento das classes, conseqüentemente a maior participação da sociedade na arena política e nos meios de comunicação. O que nos leva a conclusão de que o posicionamento da imprensa nunca foi e nunca será neutro, além dos interesses econômicos capitalistas estabelecidos pela dinâmica do mercado fica claro que os interesses ideológicos têm papel fundamental neste processo, todo agente, instituição, organização ou indivíduo que queira circular na esfera pública, de certa forma se verá obrigado a interagir com a opinião pública e os meios de comunicação de uma maneira instável e as interações estão inevitavelmente condicionadas por objetivos institucionais, organização, cultura e história, e encontram se alinhadas a dinâmica capitalista que por sua vez altera e promove mudanças e adaptação nos meios de comunicação e nas formas tradicionais de jornalismo.

Por meio do resgate dos principais acontecimentos da política externa brasileira desde a era Getúlio Vargas buscou-se a compreensão das estratégias e posicionamentos adotados pelo Brasil, concluindo-se que a política externa de Luiz Inácio Lula da Silva no período analisado foi “altiva” e mesclou continuidade e mudança, vale lembrar que esta situação também se evidenciou durante a fase da “Política Independente” vivida pelo Brasil nos governos JK e Jânio. Diante desta conclusão buscou-se verificar o posicionamento do veículo O Estado de S. Paulo sobre a política externa de Luiz Inácio Lula da Silva, o que ocorreu por meio da seleção e categorização das matérias e dos acontecimentos que marcaram a agenda internacional. É necessário considerar o fato das matérias serem escritas por jornalistas distintos e muitas delas apresentaram o posicionamento do jornalista, o que fica nítido em alguns casos. Nos temas relativos à assistência humanitária como a ação do Brasil no Haiti verificou-se que a abordagem foi positiva e entusiástica. Quando a pauta apresentava os temas sociais o comportamento de Lula ficou em evidência e suas ações foram classificadas como “inusitadas”, o que não ocorreu no tema G-20, onde o enfoque foi positivo e embora a mensagem fosse subliminar apresentava o posicionamento da política externa com todas as suas nuances destacando os discursos e falas do presidente e do ministro das Relações Exteriores, vale lembrar que as próprias temáticas suscitavam polêmica, como no caso das negociações envolvendo o bloco ALCA.

Em muitas situações a avaliação dos temas foi feita por terceiros, ou seja, através de entrevistas e críticas de especialistas, como professores. O comportamento do veículo apresentou certa unanimidade, e a responsabilidade pelo posicionamento que antes recaía sobre os jornalistas e editores é compartilhado com estas figuras. O resultado da análise semântica apresentou opiniões e interesses diversos, constituindo uma rede de articulações em que a contrariedade e conservadorismo no discurso prevaleceram e de certa forma refletiu o histórico do jornal, como o apoio dado ao governo militar durante o golpe de 1964 e que contribuiu de forma contundente para a desestabilização política do país, a repressão do governo frente aos conflitos de interesse oriundos do AI-5, o apoio ao governo Médici (que por sua vez apoiou o golpe militar responsável pela deposição do presidente do Chile), e na postura crítica em relação ao governo Geisel (que buscava uma política externa mais independente para o Brasil). Tanto os indicadores apresentados através da valência quanto à correlação presente entre os temas da agenda internacional e a abordagem feita pelo O Estado de S. Paulo mostraram que em suma a abordagem e o posicionamento do veículo foi negativa

a política internacional do governo Lula possibilitou a inserção de um Brasil protagonista na cena internacional.

## 6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jorge, CANCELLI, Vitoria e VIEIRA, Maria Alice (Org.). Resoluções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998. 1ª Reimpressão, 2000.

AMARAL, Oswaldo E. do. A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90. São Paulo, Garçonni, 2003.

AMORIM, Celso, Dá para ser em 2004, "Nossa política externa, ativa e altiva, perseguiu uma mudança das relações e forças internacionais", Revista Veja 28/01/2004, São Paulo, Editora Abril, 2004.

BAHIA, Juarez, História, jornal e técnica: história da Imprensa Brasileira, 5ª edição, Rio de Janeiro, Mauad X, 2009.

BERBEL, M.R. Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980). São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo.

BOURDIEU, Pierre, Sobre a Televisão, 1ª edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda., 1997.

BOURDIE, Pierre, O Poder Simbólico, 11ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique, Discurso proferido na abertura da III Reunião de Cúpula das Américas, Québec, Canadá, 2001.

CARVALHO, Olavo de. - "A Nova Era e Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci", É Realizações, 1997.

CERVO, Amado Luiz, Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: Enfoque Paradigmático, Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 5-25, 2003.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo, História da política exterior do Brasil, 3ª edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick, Discurso das Mídias. São Paulo, Contexto, 2006.

Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 2007.

CORRÊA, Maria Leticia, Estado e Burocracias no Brasil: Um Estudo Sobre Poder e Política na Área de Planejamento do Governo JK ao Regime Militar (1956-1968), pesquisa em desenvolvimento com recursos de bolsa de Fixação de Pesquisador da FAPERJ.

DEBORD, GUY, A sociedade do Espetáculo, 1ª edição, São Paulo, Contraponto, 1997.

FALCÃO, Alessandra, O papel da presidência da República na formulação da Política Externa, São Paulo, Tese de Mestrado Universidade de São Paulo, 2006.

FILHO, Antonio Palocci (Coordenação), Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT, 2002.

FOUCAULT, Michel, Vigiar e Punir – História da violência nas prisões, 24ª edição, São Paulo, Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel, Microfísica do Poder, Rio de Janeiro, Graal, 2007

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GARCIA, Eugênio Vargas, Revista Brasileira de Política Internacional, Ano IV nº 16, Rio de Janeiro, 1961.

GRAVAS, COSTA, “Mad City” (O quarto poder), EUA, Warner Home, 1997.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, Discurso Proferido por ocasião da Transmissão do Cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, Brasília, 2003.

LAMPREIA, Luiz Felipe, Discurso proferido na III Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio do Hemisfério e Chefe da Delegação brasileira, Belo Horizonte, 1997.

LIMA, Venício A. de, Mídia: Crise política e poder no Brasil, 1ª edição, Fundação Perseu Abramo, 2006.

MAIOR, Luiz A. P. Souto, Desafios de uma Política Externa Assertiva, Rev. Bras. Polít. Int. 46 (1): 12-34, 2003.

MAQUIAVEL, NICOLAU, O Príncipe, Editora Martin Claret, 2006

MATTOS, Carolina, Jornalismo e Política Democrática no Brasil, São Paulo, Publifolha, 2008.

MCLUHAN, Marshall, Os meios de comunicação, 18ª edição, São Paulo, Pensamento Cultrix Ltda, 2003.

MEYROWITZ, Joshua, No Sense of Place, 13ª edição, New York, Oxford University Press, 1986.

MORGENTHAU, HANS J, A Política entre as Nações – A luta pelo poder e pela paz, Universidade de Brasília, São Paulo, 2003.

MUÑOZ ALONSO, Alejandro, ROSPIR, Juan Ignacio, Comunicación Política, Editorial Universitas, 1995.

NEGRAO, João José, Para Conhecer o Neoliberalismo, Publisher Brasil, 1998.

OLIVEIRA, Henrique Altemani, Política Externa Brasileira, 1ª edição, São Paulo, Saraiva, 2005.

RUBIM, Antonio Albino (Org), Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil, Ensaio sobre Mídia, Cultura e Política, São Paulo, Hacker Editores, 2004.

SANTOS, LUIS CLAUDIO VILLAFANE GOMES, O Dia em que Adiaram o Carnaval: Política Externa e a Construção do Brasil, São Paulo, Unesp, 2010.

SILVA, Luiz Inácio Lula, Carta ao Povo Brasileiro, São Paulo, 2002.

SILVA, Luiz Inácio Lula, Discurso proferido na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, Brasília, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck, História da Imprensa no Brasil, Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SORJ, Bernardo, Poder político e meios de comunicação: da representação política ao reality show, São Paulo, Paz e Terra, 2010.

THOMPSON, John B., Ideologia e Cultura Moderna; teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa, 7ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

THOMPSON, John B., O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia, Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

WEAVER, David H., American Journalist In The 21st Century, New York, Taylor and Francis, 2006.

WIGHT, Martin, A Política do Poder, 2ª edição, Brasília, Universidade de Brasília, 2002.

ZANOTTI, Carlos Alberto, Teorias do jornalismo e atividades laboratoriais, VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), novembro de 2008.

## 7. Anexos

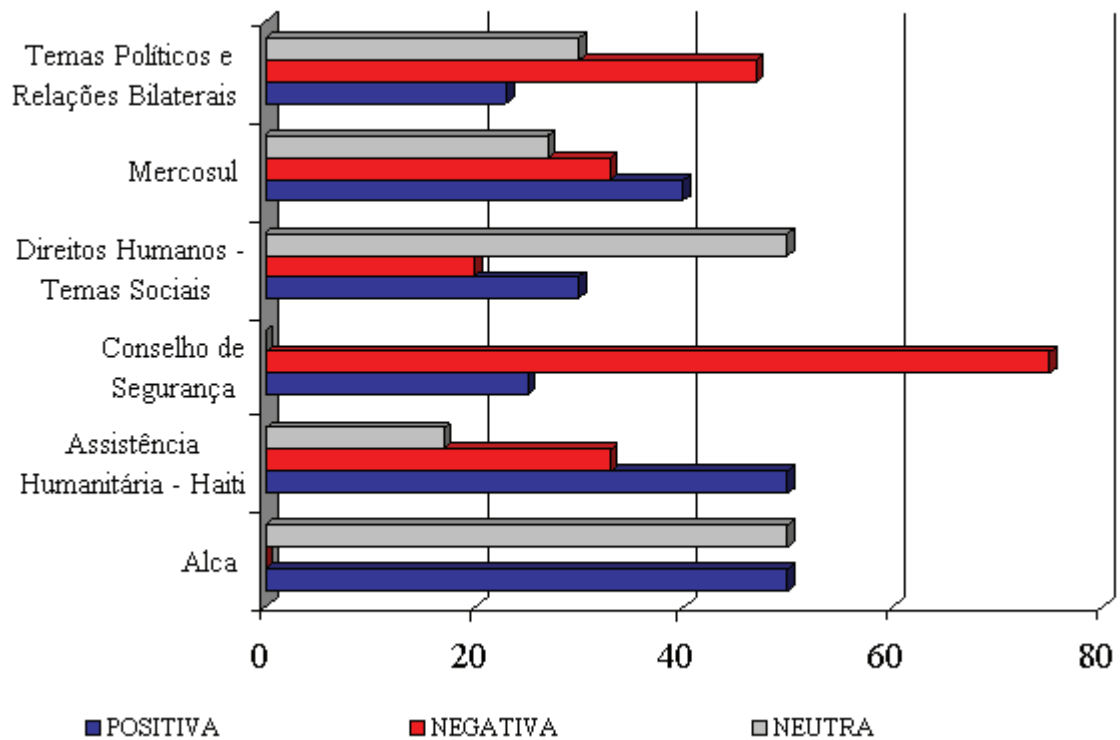
### 7.1 Linha do Tempo

		Getúlio Vargas	1930	1945	Aliança Liberal	
		José Linhares	1945	1946	nenhum	
Desenvolvimento atrelado ao Capital Americano		Eurico Gaspar Dutra	1946	1951	PSD	
		Getúlio Vargas	1951	1954	PTB	Estatização do Petróleo
		Café Filho	1954	1955	PSP	
		Carlos Luz	1955	1955	PSD	
		Nereu Ramos	1955	1956	PSD	
PE Independente	Alinhamento EUA Criação do BID da ALALC Negativas de JK frente imposições FMI Ampliação relações África e Ásia Lei Remessas de lucros Nacionalização Refinarias Particulares	Juscelino Kubitschek	1956	1961	PSD	Operação Panamerica Expansão da Democracia
		Jânio Quadros	1961	1961	PTN	
		Ranieri Mazzilli	1961	1961	PSD	
		João Goulart	1961	1964	PTB	Deposição de João Goulart
Alinhamento com EUA		Ranieri Mazzilli	1964	1964	PSD	
		Castelo Branco	1964	1967	Aliança Renovadora Nacional	
		Costa e Silva	1967	1969	ARENA	
		Junta Governativa Provisória de 1969	1969	1969	Nenhum (militar)	
Pragmatismo Responsável Articulador - alinhamento EUA		Garrastazu Médici	1969	1974	Aliança Renovadora Nacional	
		Ernesto Geisel	1974	1979	ARENA	
		João Figueiredo	1979	1985	PDS	
		Tancredo Neves			Partido do Movimento	
Nova República	Endividamento Externo Ampla Democratização Política	José Sarney	1985	1990	PMDB	Desmonte do Regime Militar Restabelecimento Relações Diplomáticas com Cuba Assinatura Ata p/Integração Argentino-Brasileira
ampliação das relações internacionais - afastou do Itamaraty		Fernando Collor	1990	1992	PRN	Criação do MERCOSUL
		Itamar Franco	1992	1995	PRN	
Diplomacia Presidencial Ações Independentes		Fernando Henrique Cardoso	1995	2003	PSDB	Dependência Econômica Crise Financeira Contradições frente a ALCA
		Luiz Inácio Lula da Silva	2003	2011	PT	

## 7.2 Resumo dos Principais Indicadores

Em Números

- 350 artigos analisados
- 105 artigos selecionados
- 6 temas
- 29% Positiva
- 29% Neutra
- 42% Negativa



### 7.3 Fichamento

DATA	MANCHETE	SUBTÍTULO	RECORTE
1/2/2002			(01/02/02) ALCA entra em debate no Fórum Social Mundial - A ALCA vem sendo motivo de protestos por parte dos participantes do Fórum Social Mundial. O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que deverá abrir o painel "ALCA e Soberania", que
14/6/2002			(14/06/02) ONGs e esquerda organizam plebiscito sobre ALCA - O embaixador Samuel Pinheiro Neto, ex-diretor do Instituto de Pesquisas Internacionais (IPI) do Ministério das Relações Exteriores, acredita que, com a ALCA, o Brasil perderá sua capacidade...
27/11/2003			(27/11/03) Brasil e EUA Abrem caminho para a ALCA - Posição assumida pelos dois países facilita entendimento - Trégua conveniente - Especialistas em comércio exterior garante que os norte-americanos aceitaram um acordo ameno com receio de que as posições
5/12/2003			(05/12/03) Senador dos EUA apóia reunião sobre subsídios - Já que os EUA não aceitam negociar questões como subsídio agrícola na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) antes de uma definição da Organização Mundial do Comércio (OMC), Rodrigues quer com
19/12/2004			(19/12/2004) "Bush vai retribuir visitas de Lula - A viagem provavelmente ocorrerá no fim do ano, coincidindo com a participação de Bush na Quarta Cúpula das Américas, em novembro, na Argentina. Avanços nas negociações da ALCA, que serão retomadas no fina
26/12/2004			(26/12/04) "País será posto à prova, diz Ricupero - A dificuldade na ALCA

			<p>vem mais das resistências que existem no Brasil de se aceitar grandes concessões em áreas de normas, como propriedade intelectual, por exemplo, quando os EUA são muito relutantes em</p>
21/12/2004			<p>(21/12/2004) “Há um tempo para cada coisa. O momento hoje é para nós verificarmos o que aconteceu”, prosseguiu o vice-presidente, ao revelar que todos têm preocupações com a situação no Haiti. [...] Morreu um general brasileiro, comandante da força de paz</p>
19/8/2004	Para Gil, o Haiti ainda é aqui		<p>Ajuda- Sobre a participação do Brasil no Haiti, Gil nação concorda que se trate de uma ingerência externa. "Ao contrário. O Brasil está ajudando a quem precisa e da forma que precisa. O Brasil está indo lá, sem pedir nada em troca, sem imposições, nem bar</p>
8/1/2006			<p>(8/01/06) “Lula desconversa e comemora o jogo do ano - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva evitou comentar, ontem, a possibilidade de o Brasil retirar suas tropas do Haiti por falta de cooperação internacional - iniciativa que o ministro Celso Amorim</p>
19/8/2004	Haiti pára para ver Lula, Ronaldo e companhia	Na visita presidencial, festa foi para jogadores brasileiros, recebidos como heróis	<p>PORTO PRÍNCIPE - O futebol costumava ser conhecido como esporte de uma bola e 22 homens correndo atrás dela. Ontem, a seleção brasileira acrescentou um novo significado a ele. Provou que ações simples como um jogo podem fazer o que quase nenhum governante</p>
19/8/2004	Seleção esquece pedido do presidente e goleia advers	Lula não achava uma goleada conveniente, mais haitiano vibraram com os gols de Ronaldinho	<p>O jogo foi atípico e marcou uma nova etapa do processo de pacificação do país mais pobre da América Central. Duas semanas atrás, Lula confidenciaria ao presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, que não seria conveniente pa</p>

	sário		
19/8/2004	Brasil Obtém apoio para Conselho de Segurança	Em saudação a Lula, primeiro-ministro haitiano defende vaga permanente no órgão da ONU	O primeiro-ministro do Haiti, Gerard Latortue, disse, na saudação ao presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, que o seu país apóia a presença do Brasil como membro permanente do conselho. RECORTE 2: Lula salientou que não há terror maior do que a
24/9/2003	Analistas elogiam discurso, mas fazem ressalvas		...busca de um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU o mais negativo no discurso do presidente Luis Inácio Lula da Silva. A avaliação é do professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Ricardo Seitenfus, e
24/5/2004			(S24/05/04) “Presidente da China faz pedido a Lula no 1º encontro oficial - O porta-voz da chancelaria chinesa, Liu Jianchao, disse, depois da reunião, que "a China considera o Brasil o país em desenvolvimento maior e mais importante do Hemisfério Ociden
27/11/2003			(27/11/03) “The Economist teme ruptura na relação Brasil-EUA, “A revista diz que o Brasil, quando assumir em janeiro um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderá votar contra os Estados Unidos no que se refere ao Iraque. "Se isso acontece
27/7/2005			(27/07/05) Brasileiro João Sayad perde eleição no BID - Este desfecho vem na esteira de dois insucessos da política externa, ou seja, a tentativa frustrada de eleição de um dirigente brasileiro para a OMC e a dificuldade para se ter um assento permanente
8/11/2004			(Segunda-Feira - 8/11/04) Lula critica atuação das tropas norte-americanas – O discurso do presidente tem uma linha de raciocínio muito clara: a determinação do governo brasileiro de ocupar espaços em campos

			complicados como o do Haiti, para manter a sua
8/1/2003	Planalto tenta desfazer mal-estar e dá explicações		"O governo tentou, durante todo o dia de ontem, contornar o mal-estar criado pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, que se disse favorável ao desenvolvimento do conhecimento para o desenvolvimento da bomba atômica no País. O porta-voz da P
8/1/2003	Para Golde mberg , posiçã o lembr a gover no milita r	Secretário alerta que declarações de Amaral podem comprometer imagem do Brasil	"O físico e secretário do meio ambiente do Estado de São Paulo, José Goldemberg, disse ontem ao Estado que as declarações do ministro ...."lembram a posição dos governos militares" e se não forem "corrigidas" podem comprometer a imagem do país no exterior
8/1/2003	Amor im tenta amenizar impac to em Washi ngton	Em recado aos EUA, ministro esclarece que país investirá em pesquisa, não na construção da bomba	"Embora o Brasil tenha incluído na sua Constituição de 1988 a proibição ao uso dessa tecnologia para fins que não sejam pacíficos e seja signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) desde 1998, diplomatas afirmaram que as declaraçãoe
22/1/2003			(22/01/03) "Presença do governo é a grande novidade no Fórum Social - E o convite a Lula foi feito porque o presidente, que participou de edições anteriores, tem grandes afinidades com os temas em discussão. Já as presenças de José Dirceu e José Genoino s
6/12/2003	EUA querem deixar Iraque diz Departamento de Estado		Washington- O Departamento de Estado reagiu ontem à declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em favor do fim da ocupação no Iraque, informando que o governo dos Estados Unidos "concorda completamente com o sentimento de que o poder e a autoridad
5/12/2003	EUA acompanham viagem ao Oriente Médio com atenção		Washington- O governo dos Estados Unidos evitou comentar publicamente,

			ontem, a defesa feita pelo presidente Lula do fim da ocupação do Iraque, alegando ignorar o conteúdo do comunicado. Mas a manifestação não foi bem recebida. De acordo com uma fonte of
5/12/2003	Repercussão entre diplomatas na Franca e positiva		Para diplomatas franceses, suas posições aproximam-se das francesas, agradando as autoridades responsáveis pela política externa de Paris
28/1/2004	'A hora é de política de inclusão social'	'A hora é de política de inclusão social'	Lula disse que a presença dos países pobres na cena internacional dependerá da capacidade de vencer a exclusão social, a fome e o desemprego. RECORTE 2: " A hora é de política de inclusão social, porque é para isso que ganhamos as eleições." O presidente
23/11/2004			(23/11/04) "Lula deve participar do Fórum Econômico Mundial - Lula participou do Fórum Econômico Mundial, gerando críticas dentro do Partido dos Trabalhadores por se tratar de um evento que congrega a elite financeira e econômica mundial. Lula foi um dos
25/1/2004	Lula vai à Índia reforçar discurso dos emergentes	Idéia de aliança para ampliar voz nos fóruns internacionais será recebida com entusiasmo	O jornal The times of Índia, o principal do país, definiu Lula, em reportagem publicada ontem, "menos estridente do que o Fórum Social Mundial", embora ressalve é um crítico da globalização.
19/9/2004	No Brasil , porém, combate à pobreza ainda tropeça		De qualquer forma, Lula já avisou que o Brasil não legisla em causa própria e, portanto, não aceitará nenhum tipo de doação internacional. "Nós não precisamos. Há países muito pobres no mundo." A mobilização está lançada. Agora é ver se sobrevive depois d
24/09/203	Lula defende na ONU criação de comitê	Em discurso na Assembléia-Geral, presidente pede "salto de qualidade"nos	...o presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs ontem a criação, pela ONU, de um comitê Mundial de Combate à Fome integrado por chefes de Estado ou de governo de todos os

	mundial contra fome	programas e vontade política	continentes. RECORTE 2: Em outros pontos centrais de seu discurso, Lula afirmou aos
1/9/2004	Bush diverge mas aplaude atuação externa do Brasil	Casa Branca não apóia impostos globais para combater a fome mas gosta das iniciativas de Lula	A Casa Branca aplaude o novo protagonismo do Brasil no cenário internacional, exemplificado pela iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em favor de uma mobilização capaz de garantir o cumprimento das medidas de desenvolvimento do milênio até 2
19/9/2004	Em NY, Lula pedirá cresciment o contra a fome	Presidente anuncia amanhã, em reunião com 60 chefes de Estado, A ação contra a Fome e a Pobreza, com apoio de França Chile e Espanha	Aos que atenderam ao seu convite para o encontro batizado de Ação contra a Fome e a Pobreza, Lula apresentará um relatório do grupo técnico formado por Brasil, Chile, França e Espanha. O documento é taxativo: para alcançar as Metas do Milênio será necessá
5/6/2007	FRASES: Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente "O Brasil não quer fornecer para todo mundo" " Se o mundo inteiro começar a utilizar 10% do álcool junto com o biodiesel, imagina o que você não vai produzir em Minas, na terrinha" / "Se depender do meu entusi		
2/12/2004	ENT REVI STA - Celso Amorim, minist ro das Relaç ões Exteri ores [VET O; " O veto é uma coisa muito séria. Na minha opiniã o, uma	Escolha do Brasil 'será boa para paz': No momento que uma nova ONU começa a se concretizar, chanceler defende a capacidade brasileira de influir nas questões políticas	Mas sabe que entre o real e o ideal a um longo caminho a se trilhar. É o que explica o chanceler Celso Amorim, em entrevista ao Estado. Para Amorim, não há custo político no pleito brasileiro, até porque ele não é de hoje. "O presidente Lula, que tem no r

	maneira de restringi-lo seria evitar o veto fútil." ] [ALIANÇA: "Por que Alemanha e Japão quiseram o Brasil nessa chapa? Porque refor		
24/3/2005	Brasil acusa UE de quebrar acordos	Europa cria empecilho para não realizar reunião ministerial, afirma diplomata	Um dia após a união Européia acusar o MERCOSUL de impedir os avanços nas negociações para um acordo de livre comércio entre os blocos, o chefe das negociações do Brasil, Regis Arslanian, reagiu às críticas e acusou a UEE de estar "quebrando acordos" e pon
16/11/2004			(Terça-feira – 16/11/04) “Lula e presidente coreano têm encontro pouco produtivo - MERCOSUL e Coréia do Sul querem um acordo de livre comércio. [...] Foi o único documento oficial resultante do encontro dos dois presidentes. Em contraste, a reunião de Lula
16/12/2004			(16/12/04) “Amorim abre 27ª reunião do Conselho do Mercado Comum” "A implementação pode depender de providências internas, mas as negociações já estão concluídas. E isso é motivo de muita satisfação", disse Amorim. No entanto, um dos pontos mais debatidos
17/12/2004			(17/12/2004) “Ao contrário de Lula, líderes do MERCOSUL criticam bloco - Isso gera pergunta sobre por que esse processo (o de adesão de novos membros ao MERCOSUL), se estamos

			trabalhando num projeto de integração continental (a Comunidade Sul-Americana
3/1/2005	OMC, União Europeia e ALC A. O Brasil quer avançar nas três frentes	As três grandes negociações dominam a agenda do Itamaraty para 2005, mas será dar impulso à rodada Doha	"Faço até uma aposta: o acordo não vai andar antes de julho de 2.006. Este era o ano da OMC, para o bem ou para o mal", afirmou o especialista Renato Flores, da Fundação Getúlio Vargas. RECORTE 2: Mas o fim das pendências agrícolas em 2005 está vinculado
30/11/2003	Para professor, a retomada do projeto de Geisel		O estreitamento das relações com países árabes, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende reforçar em sua viagem ao Oriente Médio, deve colocar o Brasil numa situação muito semelhante a vivida durante o governo do general Ernesto Geisel (1974 a
16/12/2003			(16/12/2003) "Acordo do MERCOSUL com andinos não fixa prazo para começar - Na prática, segundo o chanceler, "com esses acordos, uma vez fechados os pequenos detalhes que ainda faltam, surgirá uma área de livre comércio em toda a América do Sul". Amorim di
26/1/2004	MERCOSUL faz primeiro acordo na Ásia	Para Amorim, acerto sobre preferências tarifárias abre caminho para área de livre comércio	"É a primeira vez que o MERCOSUL assina um acordo com um país da Ásia", comemorou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "É um traço novo no mapa do mundo", disse o ministro da Relações Exteriores, Celso Amorim.
25/1/2004	Acordo com MERCOSUL será uma das prioridades	Agenda de negócios inclui ainda uma mesa-redonda com 15 presidentes de grandes empresas indianas	Lula tentará dar vigor à estratégia Sul-Sul. Da mesma forma, procurará reforçar a política de ampliação e diversificação do comércio do MERCOSUL com mercados emergentes. Ao lado de representantes dos governos da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, Lula e
25/1/2004	Primeiro-minist	Primeiro-ministro indiano	"Pedimos encarecidamente seu apoio para assinatura de um acordo preferência comercial entre a Índia e o MERCOSUL", afirmará

	ro indian o prepar a pacot e de pedid os	prepara pacote de pedidos	Vajpayee, referindo-se ao bloco formado por Brasil, Argentina , Uruguai e Paraguai.
24/9/2003	Discu rso inlui agrad o de última hora à Argen tina	Lula decide ênfatisar peso das relações do Brasil com parceiro de MERCOSU L	Nova York- O presidente Luis Inácio Lula da Silva decidiu ênfatisar o peso da relação entre Brasil e Argentina, seu principal sócio no MERCOSUL, no discurso na Assembléia da ONU. A iniciativa causou surpresa por causa do estranhamento das últimas semanas,
4/4/2004			(04/04/04) "MERCOSUL e Andinos fecham acordo de livre comércio - O acordo é mais um sinal de que o MERCOSUL não está dormindo no ponto, e que enquanto as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) estão estancadas, o bloco comercial aprov
18/12/2003			(18/12/03) "Esse MERCOSUL, tão desequilibrado – [...] O governo brasileiro nunca aceitou a instituição de um tribunal de solução de controvérsias no MERCOSUL porque isso implica aceitar subordinação das cortes locais às sentenças de um tribunal internaci
6/12/2003	É hora de mudar a geogr afia comer cial do mund o'	No Líbano, Lula também crítica acordos de livre comércio que, segundo ele, só beneficiam um lado.	Nos discursos que fez no encerramento do Seminário Empresarial Líbano-Brasil e na Assembléia Nacional, o presidente referiu-se indiretamente aos mais difíceis processos de negociação comercial que envolvem atualmente o Brasil: a Área de Livre Comércio das
6/5/2007	Lula vai à Índia abrir portas para acord o de	Área espacial e estímulo ao comércio também estão nos planos do presidente	O governo brasileiro decidiu driblar restrições internacionais e impulsionar a cooperação bilateral com a Índia na área "softnuclear", ... RECORTE 2: a conexão entre Brasil e Índia na complexa cooperação nuclear estará no centro dos interesses que o presi

	coope ração nucle ar	para viagem que fará em junho.	
22/9/2003	Profes sor vê "ruptu ra dentro da contin uidad e"	Definição é de Ricardo Seitenfus. Para Gilberto Dupas, sucesso de Lula dependerá de êxito interno	A política externa do governo Lula é mais ativa do que a do governo Fernando Henrique Cardoso, mas ainda esta mais para continuidade do que para ruptura com os padrões anteriores. Essa é a avaliação de alguns especialistas em relações internacionais, como
1/11/2003	Globa lizaçã o é perver sa, afirm a presid ente	Num brinde à presidente da Finlândia, Lula diz que processo aumenta a desigualdad e do mundo.	"A globalização é inevitável, mas isso não significa que devemos nos conciliar, de forma fatalista, com seus efeitos perversos", disse RECORTE 2: Por sua vez, Tarja manifestou apoio a retomada das negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio
1/11/2003	E os atrasos viraram uma rotina		Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou ontem com 1 hora e 40 minutos de atraso ao Palácio do Itamaraty para almoço em homenagem à presidente da Finlândia, Tarja Halonen. O Planalto não explicou o motivo do atraso, comportamento que se to
29/6/2003	"Não somos um país hege monis ta", diz Garci a	Assessor de Assuntos Internaciona is diz que a relação com os EUA mudou e que a política externa do país" só oferece alternativas de pacificação e integração"	<i>Queremos exercer a generosidade e eliminar os pequenos entraves nas relações (Garcia), Também repudiou a versão de que há continuísmo na política externa.</i> RECORTE 2: Lula não sabe falar inglês nem francês, mas ganhou visibilidade porque mudou a agenda int
23/12/2003			(23/12/03) A política comercial do governo Lula - O maior problema é que, no lugar de grandes acordos regionais, estamos assistindo à proliferação de dezenas de acordos de pequena

			envergadura, uma espécie de "default" do mundo moderno. Em vez de três gran
1/11/2003	Turnê por cinco países da África começa hoje	Além de firmar acordos de cooperação, governo quer incrementar relações comerciais	...Durante a visita, serão firmados acordos de cooperação nas áreas de Saúde e Educação. RECORTE 2: "É possível aumentar, por exemplo, a exportação de bens e serviço" afirma o embaixador Pedro Motta Coelho, diretor do Departamento da África no Ministério d
7/11/2003	Brasil quer ajudar Namíbia a explorar minérios	Além disso, Lula promete ao país auxílio nas áreas de agricultura e transporte	Whindhoek - Em discurso que fez no jantar que lhe ofereceu o presidente da Namíbia, Sam Nujoma, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem que o Brasil, entre outras propostas, ajudará aquele país a fazer m levantamento de seus recursos minerai
9/11/2003	"Os que me criticam deveriam visitar a África"	Explicando a gafe do dia anterior, Lula diz em Pretória que viu 'apenas o óbvio'	"Nem tudo que nós falamos é entendido do jeito que nós gostaríamos que fosse entendido pelas pessoas" lamentou o presidente RECORTE 2 Os dois países manifestaram apoio as candidaturas recíprocas a membros permanentes do Conselho de Segurança das ONU e fim
25/7/2004			(25/07/04) Lula embarca à noite para a África - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarca esta noite para a África. Ele está desde ontem em São Bernardo do Campo, com a família, e fará uma escala no Rio de Janeiro, antes de se dirigir para São Tomé
9/11/2003	Na simplicidade, a força e a fraqueza de Lula	A comunicação é o fácil, que o faz dizer o que não convém, foi o que cativou os africanos	No esforço transpareceu a maior virtude de Lula, que e também sua maior fragilidade[a simplicidade e franqueza RECORTE 2 Nos cinco países ele mais ofereceu que pediu. RECORTE 3 Do ponto de vista dos propósitos da visita, o mai provável e que os deslizes n
7/11/2003	África do Sul, o merca	Lula chega hoje à quinta e última etapa da viagem, onde é maior o potencial de negócios	

	do que mais atrai		
8/11/2003	Brasil quer atuar na 'renascença africana', diz Lula	Em Pretória, presidente deixa claro objetivo de ampliar comércio com África do Sul	"Essa é uma revolução pacífica, cujas bases vêm sendo construídas no âmbito de iniciativas inovadoras, que têm a África do Sul como seu pilas" disse Lula.
10/4/2005			(10/04/05) "Empresários acompanham Lula ao continente africano- Queremos diversificar os negócios. Para isso, alguns empresários vão acompanhar o presidente nesta viagem". "
18/8/2004	Fui ao Gabão aprender como se fica no poder'	Comentário do presidente Lula foi feito em audiência com o seu colega da Costa Rica	"Eu fui agora a uma viagem ao Gabão aprender como é que um presidente da República consegue ficar 37 anos no poder e ainda se candidatar à reeleição", disse Lula a Pacheco, no momento em que os fotógrafos entraram para registrar o encontro. Foi sua tercei
25/9/2003	Encontro com Kirchner esvaziou o clima de tensão	Depois de mais de uma hora com colega, Lula reforçou importância da Argentina para o Brasil	"Nada, absolutamente nada criará qualquer problema entre a Argentina e o Brasil, porque a decisão dos dois governos de priorizar essas relações."Kirchner que recebeu Lula no hotel onde está hospedado, limitou-se a afirmar que a conversa havia sido "excele
1/9/2004	Diferenças com Kirchner continuam	Diferenças com Kirchner continuam	O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner, da Argentina, não parecem ter superado, em café da manhã, ontem no hotel Waldorf Astoria, as divergências criadas entre os dois países pela recente decisão de Buenos Aires de renegar o acordo de li
16/11/2004	Acordo com MERCOSUL, nos	Presidente da Coreia fala na Argentina em criar área de livre	A agenda do presidente chinês em território argentino será significativamente mais breve do que a que teve no Brasil. Hu Jintao se reunirá com Kirchner e será homenageado pelo Parlamento. Amanhã estará em Bariloche, na Patagônia, no sul do país, para uma

	Plano de Hyun	comércio com a região	
24/8/2004	Chile apóia e Lula insiste em diálogo com Cuba	Mesmo após derrota diplomática no Grupo do Rio, presidente volta a defender reaproximação	O Chanceler Celso Amorim, destacou, depois da assinatura de memorandos de cooperação entre os dois países, a afinidade em relação a Cuba, procurando amenizar o fato de o documento não ter sido aprovado pelo Grupo do Rio.
16/11/2004	Após a China, a vez da Coréia e Vietnã	Presidente dos dois países chegam ao Brasil para tratar acordos em tecnologia (Coréia) e retomada das relações comerciais (Vietnã)	
6/5/2007	Presidente fará ofensiva para destravar Doha	Lula aproveita encontros com EUA, União Européia e Índia para tratar da questão dos subsídios	Entre meados deste mês e de junho, os ministros desses quatro parceiros da OMC tentarão aproximar as suas posições defensivas e ofensivas sobre o capítulo agrícola em três reuniões, já agendadas. RECORTE 2: Entre a segunda e a terceira reuniões, o presid.
18/8/2004	Lula afirma que já está colhendo o que plantou		Passamos o primeiro ano com muita dificuldade. Sabíamos que era difícil e só ganhamos (a eleição) porque as coisas estavam ruins. Hoje, estamos colhendo o que plantamos". RECORTE 2: Lula lembrou a importância da criação do g-20 e criticou "as pessoas que
7/12/2003	Amorim: reunião do G-20 vai ter efeito preventivo	Ministro adverte, de Beirute, que encontro marcará retomada do diálogo dos dois blocos	"Até agora não houve avanço nas negociações da Rodada Doha e essa reunião de Brasília marca a retomada do diálogo entre os dois maiores blocos negociadores", afirmou Amorim, citando a reunião da OMC, que ocorreu no Qatar, em 2001
26/1/2004	Na Índia, Lula	Reunião da Unctad, marcada	Lula disse que o grupo de países em desenvolvimento, batizado de G-20, deve fincar em junho as estacas de um novo sistema de

	articul a união comer cial do G- 20	para julho, em São Paulo, será decisiva para integração dos países	preferências comerciais. A data é uma referência à 11.ª reunião Unctad, organismo das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
3/7/2005	Presid ente só vai ficar 12 horas na Escócia	Em reunião do G-8, Lula deve encontrar recepção mais fria do que a 2 anos	Segundo o Itamaraty, o presidente será acompanhado por apenas um ministro, Celso Amorim, das Relações Exteriores. Após desembarcar, no início da manhã, Lula vai diretamente para o hotel Gleneagles, sede do encontro. RECORTE 2: Expectativa: Em junho de 200
25/1/2003	Oposi ção fará manif estaçã o de 24 horas	Superprotest o é contra a suspensão do referendo do dia 2 sobre o mandato de Chávez / PDVSA decide manter paralisação (Petróleos da Venezuela)	"Chávez disse que só aceitará deixar o poder por meio de um referendo revogatório que, segundo a Constituição, só poderá ser realizado em agosto, na metade de seu mandato. RECORTE 2: O presidente Hugo Chávez acusou-os de "sabotadores" e de provocar a ruim
25/1/2003	Brasil é escolh ido para coord enar o grupo de Amig os para a Venez uela	No primeiro encontro, representant es decidem enviar quinta-feira uma delegação a Caracas	"O problema da Venezuela é de grande urgência e requer que atuemos rapidamente", disse Amorim. Ele insistiu que é preciso que as partes, e os meios de comunicação, baixem o tom de disputa: "É importante que haja um clima favorável" à busca de entendimento
30/5/2003			(Sexta-feira - 30/05/03) "Lula manterá encontros bilaterais durante G-8 - Na manhã de segunda-feira, Lula vai ao café da manhã oferecido pelo presidente da China, Hu Jintao. Em seguida terá; outra reunião com o primeiro ministro da Índia,

			Atal Behjari Vaj
21/9/2003	Nada do que esta se fazendo é novidade, crítica Lafer	Ex-chanceler ataca política externa de Lula e pede atenção a direitos humanos e meio ambiente	Estado - A política externa de Lula é ruptura ou continuidade? Celso Lafer - Minha impressão é que o governo imagina que ele é o marco zero da diplomacia brasileira. E ninguém é marco zero em nenhuma história diplomática. Dou exemplos. Vem se dizendo que
1/2/2003	Brasil e EU mantêm impasses na visita de Lamy	Palocci diz que o País será "ofensivo" e "mais agressivo" Ministro da fazenda diz a Lamy que a abertura comercial não pode atender apenas aos países ricos	O próprio Lamy reconheceu ontem que o novo "governo brasileiro" assumiu um "compromisso real" com a liberalização comercial
1/2/2003	Há desacordo sobre quebra de patentes	Há desacordo sobre quebra de patentes : Ministro da Saúde diz que a proposta da EU fere a soberania dos países	O governo brasileiro deixou claro, ao comissário europeu para o Comércio, Pascal Lamy, que rejeita a proposta "conciliadora" apresentada pela União Européia sobre a quebra de patentes para a produção e importação de medicamentos por países em desenvolvimento
1/2/2003	Lula pede concessões e comissário diz que elas serão do tamanho que o comissário diz que elas serão do	Lula pede concessões e comissário diz que elas serão do tamanho que o MERCOSUL fizer	O Brasil e a União Européia não conseguiram alcançar nenhuma sintonia nos tópicos tratados ontem entre cinco ministros brasileiros e o comissário europeu para o Comércio, Pascal Lamy. RECORTE 2: Conforme o próprio Lamy relatou, o presidente Lula pediu que

	tamanho que o MERCOSUL fizer		
25/1/2004	Economista sugere Bolsa - Família indiano	Segundo Vinod Thomas, do Banco Mundial, o Brasil pode aprender com o microcrédito da Índia	"Há muita impressão dos dois lados, mas um não sabe muito sobre o outro. Para tomar posições comuns, é preciso se conhecer bem", disse Vinod Thomas.
28/1/2004	Empresário deve vender, não reclamar, diz Lula	Pito do presidente, nas vésperas de sair da Índia, causou mal-estar no meio empresarial	Nova Delhi- Na véspera de deixar a Índia, o presidente Luis Inácio Lula da Silva passou um pito nos empresários brasileiros, em encontro organizado pela Confederação das Indústrias Indianas e câmara de comércio dos dois países. RECORTE 2: "O empresariado
28/1/2004	Problemas com tradução não abalam "presidente zen"	Problemas com tradução não abalam 'presidente zen'	"É um verdadeiro prazer conhecê-lo, presidente Lula, até porque ouvimos algumas anedotas sobre o seu passado", afirmou o tradutor, que se atrapalhou com o português. O que Jaitley dissera, porém, é que tinha ouvido histórias sobre a trajetória de Lula, de
26/1/2004	Homeagens, tratados e flores para Gandhi	Presidente visitou memorial do líder pacifista e aprendeu a saudação dos indianos	"Estou certo de que realizo um sonho por estar na terra de um dos maiores homens do século passado, Mahatma Gandhi", disse.
3/6/2009	Pauta inclui comércio e	Brasil também quer tirar lições da	COMO O BRASIL ONTEM - Como avalia o embaixador Roberto Jaguaribe, subsecretário-geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, a Índia passa por um momento similar ao Brasil nos anos 70. O

	parceria na área espacial	forte expansão indiana	país se vê diante da forte industrialização da economia - o setor corre
5/6/2007	Lula encerrará visita à Índia sem acordo na área de bicom bustíveis	Governo brasileiro conseguiu apenas iniciar negociação para transferência de tecnologia no cultivo da cana.	O presidente Luis Inácio Lula da Silva deixará Nova Délhi nesta tarde sem levar consigo um acordo de cooperação na área de bicom bustíveis entre o Brasil e a Índia, RECORTE 2: O acordo era dado como certo pelo Itamaraty na semana passada. Mas sua ausência
5/6/2007	Presidente tenta atrair indianos para o PAC		Em discurso no encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Índia, que reuniu cerca de 200 executivos dos dois países, Lula ainda tentou "vender" as Parcerias Público-Privadas (PPPS) como oportunidade para a formação de joint ventures indo-brasileira. REC
3/6/2009	Dobradinha Brasil - Índia age em quatro frentes	Lula e Singh vão acertar o passo sobre bicom bustíveis, Doha, energia nuclear e Conselho de Segurança da ONU	Lula e Singh deverão encontrar no G-8 um ambiente favorável a suas advertências. Na última quinta-feira, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, baixou a resistência e convocou os 15 países mais poluidores do mundo a abraçar metas de redução da e
26/1/2004	BIRD : Brasil distribui menos rendas que Índia	Vinod Thomas diz que grande desafio de Lula é aumentar eficiência dos gastos sociais	"a escala da pobreza é maior na Índia, mas a distribuição de renda no Brasil é pior, observou Thomas.
23/5/2005	Missão é tratada com desinteresse no Japão		"Há um solene desinteresse na alismo mídia do Japão em relação à visita do presidente Lula. Mas não se trata de algo específico para o Brasil. Salvo a China e a Coréia do Sul, as economias em desenvolvimento não despertam o interesse da

			imprensa" assinala
22/5/2005	Viagem de Lula à Ásia pode render US\$ 1,5 bilhão		Para o embaixador Edmundo Fujita, diretor do Departamento de Ásia e Oceania do Itamaraty, a visita presidencial deverá dar um novo impulso ao relacionamento do Brasil com as duas economias orientais. Entre os integrantes do governo, alguns remoem autocrít
30/11/2003	Lula inicia viagem estratégica ao Oriente Médio	Em nove dias, ele visitará Síria, Líbano, Emirados, Egito e Líbia, em busca de mercados e alianças para política externa alternativa à agenda dos EUA	..., Luis Inácio Lula da Silva decola nesta terça-feira, dia 2, para sua 22a aventura diplomática no exterior desta vez em uma ambiciosa e estratégica visita ao Oriente Médio. RECORTE 2 O presidente viaja disposto a conversar com líderes pouco encantados
7/12/2003	Lula visita Byblos e se despede do Líbano	Bem humorado, presidente posa para fotos e em seguida viaja para Abu Dhabi	Apesar de bem humorado pelo quarto dia seguido presidente não deu entrevista
9/12/2003	Arafat convida Lula para ajudar na questão palestina	Chanceler palestino diz no Cairo que Brasil, Índia e África do Sul devem ter papel nas negociações	"Este mundo não e feito de relações de força. E também feito de liderança. Coragem e visão são características do presidente Lula (Nabil Shaath) RECORTE 2 Celso Amorim não se conteve. Ela tinha bursite, brincou o chanceler, lembrando o mal que afeta o pre
10/12/2003	Lafer diz que Lula faz diplomacia para	Ex-ministro de FHC critica visitas a Líbia e a Síria e acusa presidente de pretensão	Celso Lafer, conversou com jornalistas e não economizou criticas a viagem de Lula ao Oriente Médio, acusou o governo de estar "jogando para torcida"e ainda alertou: "Se o governo Lula transpuser para a política externa sua visão sindicalista de operário v

	torcida		
11/12/2003	Amorim condena mentalidade colonizada	Chanceler reage as críticas de Celso Lafer e diz que não quer o País sempre na terceira divisão	Celso Amorim afirmou, em Trípoli, que ainda há muitas pessoas com mentalidade colonizada no País. ....O chanceler reafirmou, ainda, que o Brasil não trocara princípios por produtos e nem tem posição de confronto com os Estados Unidos, mas acrescentou q
11/12/2003	Planalto não sabe quanto gastou nas 18 viagens		Crítica do Estado a falta de informações sobre custos relativos a viagem do Oriente Médio
6/12/2003	ANALISTAS: VIAGEM NÃO CRIA CONSTRANGIMENTO		"É fato que a assinatura de um comunicado conjunto com a Síria significa uma certa subida de tom, mas não acredito que o Itamaraty tenha preparado essa viagem ao Oriente Médio sem ter informado aos Estados Unidos", diz Gunthe Rudzit, pesquisador do Núcle
11/6/2005			(11/06/2005) "Caravanas de jipes abre caminho da Interoceânica" é citada a importância e algumas das conseqüências do projeto "A estrada é definida como a mais importante obra de infra-estrutura viária do Peru e que irá dinamizar o comércio, a indústria e
8/12/2005			(8/12/2004) "Lula e Toledo anunciam rodovia de US\$ 700 milhões - A rodovia pavimentada de 1.200 quilômetros custará US\$ 700 milhões e 30% serão financiados pela Corporação Andina de Fomento; o restante será dividido igualmente entre Brasil e Peru." [...]
8/12/2003	Metas de Lula em 2004 serão Índia e África do Sul	China e Rússia também estão na mira do Planalto, que quer fortalecimento do G - 22	Em Abu Dabi, na primeira entrevista desde terça-feira, Lula mostrou-se convencido de que adotou a melhor estratégia para a ambicionada inserção do país na esfera internacional. E disse que a iniciativa da diplomacia não visa o confronto com os Estados Unidos...
11/1/2004			(Domingo, 11/01/04) "Casa Branca dá sinais de irritação com Lula - Apesar de o Palácio do Planalto enfatizar que "nunca o Brasil manteve tão boas relações com os Estados Unidos", o Departamento de Estado americano já; enviou dois recados ácidos a Brasília
11/6/2005			O texto, assim como a matéria enfatiza o montante, a origem e a forma como seria feito o

			rateio dos recursos relativos ao investimento, reporta parte do pronunciamento de Lula, porém não traz nenhuma informação sobre as conseqüências do projeto. Em mante
22/11/2004			(22/11/04) - Embaixador dos EUA diz que Brasil concorre com méritos na ONU - Sobre as relações bilaterais dos Estados Unidos e Brasil, Danilovich disse que estas são hoje fortes, profundas, sólidas e amplas. "Diria mais: as relações entre os dois países s
7/11/2003	O sorriso de dona Ana	Lula não ganha nada quando ensaia galanteios ao passado	O presidente também alertou que não haverá acordo se isso "prejudicar" o crescimento. O aviso soaria mais verdadeiro caso fosse possível, numa discussão dessa natureza com um organismo com as funções do FMI, definir o que seja "prejudicar o crescimento
8/12/2003	Embaixada no Iraque deve ser reativada	Para presidente, a reconstrução do país interessa ao Brasil, que tem muito a oferecer	Lula afirmou que "interessa ao Brasil" a reconstrução do Iraque e a transferência do poder local ao seu povo. Mas insistiu que a melhor forma de resolver o conflito e a "condenação" da ocupação pela Organização das Nações Unidas (ONU)
5/12/2003	Lula defende desocupação rápida do Iraque	Em comunicado conjunto, Brasil e Síria pedem que papel da ONU seja fortalecido	Não usamos ocupação ilegal. Ocupação descreve um fato. Não dizemos o que é legal ou ilegal - chanceler Celso Amorim RECORTE 2 EUA - Amorim tentou desfazer a impressão de o uso do termo num texto diplomático seria outro indicio de afronta do governo Brasil
12/6/2005	Para recuperar poder, Amorim muda Itamaraty		O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, desencadeou uma discreta operação para reduzir o poder de influência de seu amigo há 40 anos e seu braço direito, o polêmico embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. RECORTE 2: Amorim discursou em favor da ...
21/9/2003	Lula investe na diplomacia para fortalecer	Ele estará na ONU falando de pobreza e vai tentar afirmar em Cuba uma liderança	Ações - Lula subirá à tribuna da ONU precedido de uma atividade diplomática intensa, que incluiu iniciativas menos felizes, como a pressa dos primeiros dias, em janeiro, em se perfilar com o presidente Hugo Chávez no auge de uma crise política na Venezuela

	image m	regional	
8/6/2003			(Domingo - 08/06/03) “Embora tenha sido um dos maiores críticos da quantidade de viagens internacionais do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está indo além [...]. De janeiro a junho, Lula andou 46% mais que FH
3/2/2006	Lula quer esquerda com "abordagem mais combativa"	Em Argel, presidente defende os elementos básicos da cooperação Sul-Sul e cobra realismo de parceiros	O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu uma "abordagem mais combativa no plano exterior" da nova esquerda da América Latina. RECORTE 2: Lula enfatizou que a cooperação Sul-Sul não tem objetivo de se contrapor aos Estados Unidos ou a outras nações
25/9/2003	Brasil será tão duro quanto EUA, diz Lula	Segundo presidente, País deve chegar a 'meio-termo' durante a Rodada Doha	O País, conforme disse, não se apresentará de forma submissa nas discussões, defenderá suas posições de forma tão doara e insistente quanto os americanos, não se iludirá com a possibilidade de as economias mais desenvolvidas atenderem gratuitamente às dem
28/1/2004	Alencar cobra crescimento e defende empresariado	Alencar cobra crescimento e defende empresariado	O presidente em exercício, José Alencar, defendeu ontem o empresariado, dizendo que”, “ enquanto as atividades produtivas não puderem remunerar com vantagem o custo de capital, não pode haver investimento compatível com as necessidades do Brasil”.
8/1/2003	Declaração de Amal põe Argentina em alerta	Assunto é recebido por jornais como inesperado e capaz de criar conflitos entre Brasil e EUA	"Temos de ver o que o ministro disse e se é ratificado pelo Brasil. Estamos em compasso de espera" Presidente Eduardo Duhalde
24/9/2003	A Falta que o Assunto Fará		Mesmo para essa ocasião o governo pretende ter

			iniciativa dos temas em debate, na tentativa de impedir o PFL e o PSDB de transformar a campanha eleitoral numa monumental sessão de julgamento do primeiro ano do governo Lula RECORTE 2: Não por outro motivo
7/11/2003	Lula elogia programa de Serra contra		o Ministro da Saúde, Humberto Costa, atacou a lei de patentes ... O ataque foi seguido do elogio do presidente Lula ao programa de combate à AIDS, uma das marcas registradas do ex-ministro da saúde José Serra.
7/12/2003	No palanque, de figurino oficial		Eles sempre trabalharam o conceito de sonho na cabeça do eleitor e, agora, terão de lidar com a realidade
13/4/2005	Um plano para acabar com a doce vida de Itamar em Roma	Planalto quer que ex-presidente deixe a embaixada, onde é visto como alguém que não gosta de por a mão na massa.	Embaraços "Querem é que Itamar saia da Embaixada, pois o governo italiano está se considerando desprestigiado com um embaixador que não circula e vive mais em Juiz de Fora", explica um diplomata que conhece bem as inflexões no relacionamento entre os dois
25/1/2004	Para "NYT", Lula é o mais influente da AL	Para "NYT", Lula é o mais influente da AL	Em editorial publicado ontem, o jornal The New York Times comenta que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu superar o colega mexicano, Vicente Fox, como o mais influente líder latino-americano, como uma "forte e crescente presença"